



ESTRATÉGIA PRF

2020 - 2028



REVISTA ESTRATÉGIA PRF

(Edição revisada - PORTARIA DG Nº 85, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

André Luiz de Almeida Mendonça

DIRETOR-GERAL

Eduardo Aggio de Sá

CHEFE DE GABINETE

Stefani Juliana Vogel

COORDENADOR-GERAL DE ENTREGAS ESTRATÉGICAS

Roberto Ferreira Barbosa

DIRETOR-EXECUTIVO

José Lopes Hott Junior

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Murilo Cangussu Cavalcante

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Fábio Elissandro Cassimiro Ramos

DIRETOR DE INTELIGÊNCIA

Moisés Dionísio da Silva

CORREGEDOR-GERAL

Jader Augusto Roverão Bezerra

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Silvia Regina Borges

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Fábio Williams de Sousa

SUPERVISÃO

Anderson de La Palma Leite Poddís

Eduardo Augusto Muniz de Souza

José Lopes Hott Junior

COORDENAÇÃO

Márcio Almeida Marques

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Saade Santos Barros

Guza Rezê de Aquino Silva

REVISÃO

Fabiana Salvador Reis Macedo

Marcelo Beluco Marra

Marcelo Corado de Albuquerque

Vicente Faria Zangirolani

COLABORADORES

Afrânio Jose de Andrade

Jeferson Tadeu de Souza

Augustus Cunha Cutrim Penha

Diego Joaquim de Moura Patriota

Fabício Loiola Santos

Jaqueline Neves Ribeiro

Marcelo Rodrigues da Silva

Rafael Lucas Corrêa de Melo

Ricardo Van Tol

Otávio Augusto Barros de Freitas

Polícia Rodoviária Federal - Todos os Direitos Reservados – Copyright © É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais dos textos e imagens desta obra é dos autores.

Data de Edição: 09/02/2021



sumário

01. Apresentação	5
02. PRF, motivo de orgulho para a Nação	7
03. PRF, excelência na Pronto Resposta Federal.....	8
04. A estratégia de inovação pela governança	9
05. Os caminhos da PRF na segurança pública	10
06. Estratégia de Mudança.....	12
07. Políticas, Programas e Planos Nacionais	15
08. PRF 100 anos (QR CODE)	20
09. Carta de Serviços	22
10. Desdobramento da Estratégia	26
11. Mapa Estratégico	30
12. Referencial Estratégico	34
13. Resultados Institucionais	37
14. Objetivos Estratégicos	41





Apresentação

Apresentamos a versão 2.0 do Planejamento Estratégico da PRF para o período de 2020 a 2028, de forma simples, clara e de fácil entendimento. Além de nortear os próximos anos, a Estratégia apoiará o planejamento da instituição em seus diversos níveis, balizando a priorização de suas decisões e ações.

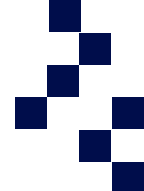
A taxa exponencial de desenvolvimento das tecnologias emergentes criou um ritmo e escala de mudança diferente de tudo o que a humanidade já viu. Em todos os setores tecnologias aceleradas estão se inter cruzando e mudando substancialmente a maneira como vivemos, trabalhamos e agimos. Conscientes das constantes transformações sociais, econômicas, profissionais e tecnológicas, a PRF revisou sua estratégia para melhor adaptação a um cenário volátil, incerto, complexo e ambíguo.

Exatamente um ano após a publicação da primeira versão do Planejamento Estratégico, é natural um processo de revisão, que se qualifica com a análise de cenário interno e externo realizada no diagnóstico de transição produzido em decorrência das recentes mudança na equipe de gestão da PRF.

Identificamos novos riscos e oportunidades que nos desafiaram a realizar ajustes na estratégia organizacional.

Adaptações importantes, inclusive balizadas por avanços já conquistados e que criarão uma atmosfera favorável para elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao governo.

A revisão envolveu a atuação dos servidores em todos os níveis da governança corporativa das diversas redes temáticas institucionais. A avaliação criteriosa da



primeira versão do Plano Estratégico 2020-2028, o cotejamento com o Relatório de Status 2020, a ponderação dos desafios para implementação dos planos e programas federais (Plano Plurianual, Plano Nacional de Segurança Pública, Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, entre outros), a análise da legislação pertinente atualizada e a percepção de novas expectativas do Governo Federal, balizaram todo o processo de revisão da Estratégia PRF.

Esse arcabouço iluminou a busca pela governança corporativa e intergovernamental, inovação, conhecimento, e efetividade, reconhecendo o desafio do desdobramento da estratégia e o alinhamento dos níveis organizacionais, na tomada de decisão, primando pela sinergia em seus esforços.

A governança, em linhas gerais, trata da adoção de mecanismos para otimizar a maneira pela qual as instituições administram seus recursos, de forma a aumentar sua capacidade de entregar resultados à sociedade.

A inovação deve estar presente em todos os eixos de atuação da instituição, apontando para novas tecnologias, melhoria de processos internos, aquisições, aprendizagem, comunicação e gestão. O desafio é a criação de um ambiente propício para a realização das transformações, considerando a existência de um sistema imunológico organizacional, inconsciente, que com objetivo de preservar o status quo, resiste às mudanças.

O conhecimento é a base. A PRF o elegeu como ponto convergente de sua estratégia. Dessa maneira, desenvolverá a capacidade de adquirir, analisar, gerar e compartilhar o conhecimento, como subsídio principal para suas ações e iniciativas.

A efetividade refere-se em alcançar o melhor resultado em nossas ações, da maneira mais qualificada, utilizando as melhores técnicas, com o menor custo e gerenciando adequadamente os riscos da atividade.

O modelo implementado pela PRF foi o da governança multinível em rede (MultGovR), que privilegia a interação entre múltiplos gestores, a construção de espaços colegiados de tomada de decisão dialogada e participativa, o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade na tomada de decisão consciente, fundamentada em evidências, o estabelecimento de sistemas de conhecimento para segura descentralização administrativa da gestão, a institucionalização de redes auto-organizadas, o incentivo à cooperação, coordenação e articulação de ações colaborativas, integrativas e interativas, o fortalecimento de parcerias intra e interinstitucionais, nacionais e internacionais. Toda a cadeia forma um complexo sistema de governança.

Esta publicação também contém o Plano Diretor PRF 2020-2022, instrumento da estratégia para consolidação e prática do planejamento, com escopo na melhoria contínua da governança, assegurando que os fins pretendidos sejam alcançados por meios adequados e legítimos.

Na prática, o Plano Diretor estabelece as linhas para seleção e priorização de iniciativas no âmbito da gestão e execução dos programas e projetos, nos diferentes níveis hierárquicos, fomentando nossa visão de futuro. Em uma mão, a Estratégia 2020-2028 traça a rota da PRF para a celebração do seu centenário. Em outra, o Plano Diretor PRF 2020-2022, instrumento de médio prazo, servirá de base para os planos táticos e operacionais, com escopo na visão de futuro.

No planejamento estratégico estão descritos missão, visão, objetivos e valores a serem respeitados e alcançados por toda a PRF. No plano diretor estão discriminados indicadores, metas, diretrizes e iniciativas corporativas até 2022. As diretrizes e iniciativas estão organizadas em três eixos transversais que comunicam o seu propósito: transformação interna, transformação das relações e dos serviços prestados e inteligência aplicada à pronta resposta.

Uma vez que o horizonte a ser perseguido nos próximos oito anos impõe uma forte agenda de reestruturação interna, ao final desta trajetória de planejamento e implementação estratégica, a instituição estará apta a ser reconhecida como força de Pronta Resposta Federal, atuando com excelência nas demandas estratégicas para o País.

PRF, motivo de orgulho para a Nação!

É motivo de grande satisfação e orgulho, para este servidor público, André, conduzir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em especial, tendo sob o seu organograma instituições tão relevantes como a Polícia Rodoviária Federal, a nossa PRF, mais antiga polícia da União.

São 92 anos de uma instituição que tem entregas cada vez mais relevantes para o país, em especial na garantia de valores fundamentais do estado democrático de direito, como a segurança de todos os cidadãos brasileiros.

Eu tenho aprendido a cada dia a respeitar, a amar e a lutar ao lado da PRF, em defesa do nosso povo, que como eu tenho dito: há pelo menos duas gerações, não sabe o que é viver em segurança. A grande verdade é que nós vivemos, salvo ilhas isoladas, em estado de verdadeira guerra civil, onde a importância das forças de segurança pública ganham notoriedade para garantia do próprio estado democrático de direito.

Eu venho testemunhando a forma exemplar que a PRF age, a partir da garantia de pilares essenciais de boa governança pública e garantindo efetividade nas suas práticas, garantindo respeito à lei, garantindo transparência e prestação de contas à sociedade.

Tenho certeza, que essa gestão marca e marcará salto qualitativo

substancial na atuação da PRF. O estímulo aos resultados são crescentes, e nos últimos meses, vários recordes de apreensões foram alcançados.

São 92 anos, mas agora se abre uma perspectiva de consolidação e de garantia da lei, da ordem e da segurança a todo país. A PRF tem tido e terá papel fundamental nesse processo.

Nossa reverência à instituição, que já é anciã, mas ainda jovem e com energia para transformar este país, juventude que se revela na sua liderança, do Diretor-Geral Eduardo Aggio, juventude que se revela em toda direção, conciliando ao mesmo tempo, equilíbrio e sabedoria.

Comemoramos 92 anos da PRF, celebrando o lançamento da revisão da Estratégia PRF 2020-2028 pois temos sempre que reafirmar o nosso compromisso com o país.

André Luiz de Almeida Mendonça

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

**Pronunciamento em 24 de julho de 2020, durante cerimônia de celebração dos 92 anos da PRF e lançamento da Estratégia 2020-2028.*

PRF, excelência na Pronta Resposta Federal

O planejamento estratégico é um exercício excepcional que oportuniza a definição das aspirações e dos propósitos de uma organização. Para um órgão constitucional, permanente e que, ao final do período estabelecido para este Plano, terá completado um século de existência, o desafio é ainda maior.

Ao estudar a missão constitucional da PRF, percebemos que o legislador constituinte compreendia a relevância da segurança do sistema viário federal brasileiro. A segurança do território nacional, a unidade nacional, a integração regional e a integração física com os sistemas viários dos países limítrofes ao Brasil dependem dessa estrutura estratégica.

A segurança promovida pela PRF nos corredores estratégicos de exportação e abastecimento permite eficiência e facilidade aos fluxos de mercadoria e ao transporte de passageiros e cargas, em âmbito interestadual e internacional. Temos, portanto, papel central na garantia do desenvolvimento e da prosperidade de nosso país.

É com esse nobre propósito que, todos os dias, de forma ininterrupta, cerca de 11 mil abnegados homens e mulheres da Polícia Rodoviária Federal dedicam suas vidas em todo território nacional. Nossa presença diuturna em todas as unidades federativas permite que a União forneça pronta resposta às demandas de segurança pública.

Atuamos de maneira estruturada, sistêmica, perene e eficiente nos mais diversos contextos do vasto território brasileiro. Nosso desafio é manter atualizadas essas capacidades para melhor servir à nação. Devemos,

portanto, entender de que forma podemos nos moldar e evoluir.

Vivemos tempos de mudanças e transformações sem precedentes. A tecnologia e a exponencialidade da era da informação têm mudado a sociedade e suas expectativas. Dependemos cada dia mais da mobilidade de pessoas, bens e dados.

A Estratégia 2020-2028 da Polícia Rodoviária Federal busca, portanto, a consolidação do conhecimento como habilitador para nosso papel estratégico nacional. Nesse sentido, ganham destaque o desenvolvimento de novas competências e o investimento em tecnologias que antecipem o futuro, impulsionem nossa eficiência e potencializem o compartilhamento do conhecimento. Tudo isso de forma tempestiva, segura e orientada.

Nosso compromisso para os anos vindouros é com a excelência, com a integridade e com a maximização dos resultados. Para isso, buscaremos o que há de melhor no mundo para potencializar nosso time. Vamos aperfeiçoar continuamente nossos recursos e valorizar ainda mais nossos profissionais.

Continuaremos sendo provedores de segurança nas vias federais - sobretudo nos pontos e acessos estratégicos - e demais áreas de interesse da União.

Empregaremos inteligência artificial, robótica, automação, algoritmos, blockchain, computação em nuvem, conectividade, internet das coisas e qualquer outra ferramenta ou tecnologia-chave que permita ganhos exponenciais às entregas institucionais, valorizando cada

centavo do investimento advindo do pagamento de tributos por nossos concidadãos.

Em um mundo interconectado, onde pessoas, empreendimentos e até as máquinas se comunicam em velocidade e proporções inimagináveis, a integração dos órgãos de segurança pública se mostra cada dia mais imprescindível. Nesse contexto, nosso desafio é liderar a formação de redes de cooperação e integração nacional e internacional.

Em síntese, nosso plano estratégico demonstra inequivocamente a centralidade do protagonista da nossa missão: o cidadão. Nossa responsabilidade é entregar serviços cada vez mais inteligentes, que atendam às suas expectativas de qualidade e eficiência.

O que fizemos nos trouxe até aqui. Para irmos além, temos de nos tornar a excelência na capacidade de pronta e qualificada resposta federal e a referência em inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública.

Afinal, embora o cenário, as tecnologias, os métodos e as ferramentas estejam em constante evolução, o âmago da nossa atuação continuará sendo o trabalho incansável por um país mais justo, seguro e próspero. PRF do Brasil.

Eduardo Aggio de Sá

Diretor-Geral da PRF

A estratégia de inovação pela governança

A história recente comprova a crescente expectativa da sociedade por serviços públicos de altíssima qualidade.

Recentemente, a crise mais contundente da nossa geração impôs um nível de exigência ainda maior. O país não poderia parar, os serviços essenciais tornaram-se ainda mais relevantes e a capacidade de gerar resultados efetivos para a sociedade converteu-se, literalmente, em questão de vida ou morte.

Sempre atenta ao contexto em que está inserida, ao cenário de expectativas da sociedade e às necessidades das estruturas de Estado e de governo, a PRF decidiu, mais uma vez, dar um salto rumo ao futuro, assumindo um compromisso inegociável com a promoção da **prosperidade** da Nação, garantindo a segurança pública e a mobilidade no Brasil todos os dias, para que sejamos um força policial de excelência na pronta resposta federal, referência em inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública.

A revisão do Planejamento Estratégico tem o propósito de equalizar as prioridades até o centenário da Instituição, alinhando anseio social, expectativas de governo e a vocação de sermos a polícia ostensiva federal.

Mais do que nunca, esses novos tempos exigem disrupção, que se traduz no desapego a velhas práticas e na vontade coletiva de sempre inovar. Exige, também, transparência e integridade. A sociedade não suporta

mais os altos custos derivados da ineficiência dos entes estatais.

Para tanto, a estratégia organizacional da PRF aposta em um novo paradigma de governança, mais flexível, colaborativo e baseado em rede, que promova a aprendizagem contínua e o desenvolvimento de capacidade dinâmica para o planejamento, avaliação e monitoramento com vistas à resolutividade, alicerçado na governança e gestão do conhecimento.

O fortalecimento das redes de articulação interna e externa emerge para melhorar processos, desenvolver pessoas e modelar tecnologias, de maneira a gerar inovações, resultados tangíveis e, consequentemente, agregar valor às entregas institucionais.

A adoção da Governança Multinível em Rede (MultiGovR) nasce de pesquisas e estudos teórico-empíricos nacionais e internacionais, em parceria com o laboratório de Engenharia da Integração e Governança do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a PRF, a governança corporativa precisa construir decisões a partir de um complexo processo de ajuste cooperativo que funciona "de baixo para cima e de cima para baixo".

A palavra-chave, portanto, é colaboração para o compartilhamento de conhecimentos, visando à adoção verdadeira de mecanismos de cocriação, coprodução e desenvolvimento de capacidades dinâmicas de atuação em rede, o que fortalece não somente o capital humano, mas a capacidade de consolidar o capital social e o relacional da Instituição como um todo.

O planejamento estratégico, sob a MultGovR, traz luz para a correta compreensão dos objetivos estratégicos, habilitando gestores como protagonistas capazes de traduzi-los em ação coerente e coordenada, ou seja, líderes catalisadores da integração e da sinergia em torno dos planos táticos e operacionais.

Lastreada na priorização da modernização institucional por intermédio do investimento em tecnologia e na digitalização de serviços, construída a partir do desenvolvimento de competências de excelência para sua força de trabalho, alimentada pela tomada de decisão fundamentada em evidências, a PRF pretende antecipar o futuro por meio da orientação do policiamento com emprego de inteligência artificial.

O policial rodoviário federal, se aperfeiçoará como um qualificado tomador de decisões a partir de conhecimentos processados para efetividade das ações em prol da livre mobilidade e segurança no território nacional.

Se o novo normal exige evolução, não nos desapegaremos jamais do compromisso inegociável com os valores que caracterizam a nossa essência: **transparência, respeito, integridade, profissionalismo e excelência.**

José Lopes Hott Junior

Diretor-Executivo da PRF

...

Os caminhos da PRF na segurança pública

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo Presidente Washington Luís no dia 24 de julho de 1928, através do Decreto nº 18.323, que definiu as regras de trânsito à época, com a denominação inicial de "Polícia de Estradas". Somente em 1935, Antônio Félix Filho, considerado o primeiro Patrulheiro Rodoviário Federal, foi chamado pelo administrador Natal Crosato, a mando do Engenheiro-Chefe da Comissão de Estradas de Rodagem, Yeddo Fiúza, para organizar os serviços de vigilância das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria. Antônio Félix ou "Turquinho", como ficou conhecido dentro da PRF, recebeu a missão de zelar pela segurança das rodovias federais e foi nomeado Inspetor de Tráfego, com a missão inicial de percorrer e fiscalizar as ditas rodovias, usando duas motocicletas Harley Davidson. Para tal, contava com cerca de 450 "vigias" da Comissão de Estradas de Rodagem (CER).

Desde 1927, Turquinho já defendia a criação da Polícia de Estradas, surgindo daí sua missão como primeiro Inspetor de Tráfego. Ainda em 1935, Yeddo Fiúzaindicou Carlos Rocha Miranda para organizar a estrutura da Polícia das Estradas, auxiliado por Turquinho. Juntos, criaram, no dia 24 de julho de 1935, o primeiro quadro de policiais da hoje Polícia Rodoviária Federal, denominados à época, "Inspetores de Tráfego". Esses homens visionários e obstinados representam bem

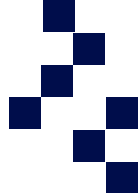
os valores da PRF e servem como fontes inspiradoras de nosso futuro e estratégia institucional.

Da época de sua criação até meados de 1939, o Sistema Rodoviário incluía apenas as rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo, Rio-Bahia e União Indústria. Somente em 1943, no estado do Paraná, foi criado um Núcleo da Polícia das Estradas, com o objetivo de exercer o policiamento de trânsito nas rodovias em construção naquele estado. A partir daí, a atuação da Polícia Rodoviária Federal tomou força, chegando, atualmente, a cobrir mais de 71 mil quilômetros de rodovias e estradas em todo o Brasil.

Com o Decreto nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945, que criou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nascia a denominação de Polícia Rodoviária Federal, sugerida pelo engenheiro Ciro Soares de Almeida e aceita pelo então Diretor-Geral do DNER, Edmundo Régis Bittencourt.

Em 1947, com a assinatura do Decreto nº 74.606, que dispôs sobre a estrutura básica do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi criada a Diretoria de Trânsito e, integrada a ela, a Divisão de Polícia Rodoviária Federal. Esse mesmo Decreto, no art. 30, definiu as suas competências, da seguinte forma:

À Divisão de Polícia Rodoviária Federal compete: a programação, a organização, e o controle das atividades



de policiamento, orientação de trânsito e fiscalização do cumprimento da legislação de trânsito nas rodovias federais; preparar, coordenar, orientar e fazer executar planos de policiamento e esquemas de segurança especiais; colaborar com as Forças Armadas, órgãos de Segurança Federais, Estaduais e demais órgãos similares em articulação com a Assessoria de Segurança e Informações - ASI/DG; colaborar nas campanhas educativas de trânsito; programar e supervisionar a execução de comandos de fiscalização; fornecer dados sobre acidentes do trânsito, cabendo-lhes, ainda, assegurar regularidade, segurança e fluência no trânsito nas rodovias federais, proteger os bens patrimoniais a elas incorporados, bem como fazer respeitar os regulamentos relativos à faixa de domínio.

Em 1958, foi apresentado um Projeto de Lei que propunha a extinção da Polícia Rodoviária Federal. O projeto, que se arrastou até 1963, transformou-se no Substitutivo nº 3.832-C/58, que extinguiu a Polícia Rodoviária Federal, mas criava a Patrulha Rodoviária Federal. Ao final, o projeto foi aprovado na Câmara por unanimidade e remetido ao Senado, onde recebeu o número 86/63.

Em 1965, entretanto, o DNER, antecipando-se a qualquer outra medida, determinou o uso da nova denominação - Patrulha Rodoviária Federal - na mesma época em que era criado o Serviço de Polícia Rodoviária Federal do Departamento Federal de Segurança Pública (Decreto nº 56.510, de 28 de junho de 1965, art. 184). Evitava-se, dessa forma, confundir duas corporações com denominação

semelhante na esfera federal e a superposição no policiamento.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, objeto do Capítulo III, Item II do Art. 144. Sob o novo diploma legal, a Polícia Rodoviária Federal consolidou sua missão para com a segurança pública, além das atribuições ligadas à segurança aos usuários das rodovias federais.

Por meio da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e do Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991, a Polícia Rodoviária Federal passou a integrar a estrutura organizacional do Ministério da Justiça como Departamento de Polícia Rodoviária Federal, tendo sua estrutura e competência definidas no art. 23 do supracitado Decreto e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 237, de 19 de março de 1991.

Posteriormente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, através do Decreto nº 761, de 19 de fevereiro de 1993, passou a integrar a estrutura regimental da Secretaria de Trânsito do Ministério da Justiça. Mais adiante, através do Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, passou a integrar a estrutura regimental da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Em 3 de outubro de 1995, a Polícia Rodoviária Federal tem suas atribuições definidas com a publicação do Decreto nº 1.655, o qual possui validade até os dias de hoje.

Integrando a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a PRF também contribuiu para

outro marco histórico: a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído pela Lei Nº 13.675, de dia 11 de junho de 2018. Idealizado para integrar os órgãos de segurança pública, padronizar informações, fomentar o fluxo de conhecimento de inteligência e aperfeiçoar políticas na área, o Susp representou um avanço significativo, pois, pela primeira vez, o país possuía uma Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Esse breve histórico ilumina a vocação da PRF em atuar com excelência sobre dois eixos na segurança pública: a prevenção e repressão qualificada ao crime e a segurança viária. Consciente de sua natureza e propósito, a PRF intencionalmente move-se, por meio de sua estratégia institucional, em direção ao aperfeiçoamento dessas competências, contribuindo para o desenvolvimento da nação e estabelecendo referenciais seguros de atuação e eficiência.

Estratégias de Mudança

A Visão PRF 2028 estabelece o horizonte a ser perseguido nos próximos oito anos e como tal orienta a agenda de transformação necessária em diversos aspectos internos e no posicionamento da PRF junto à sociedade.

O ambiente em que a Polícia Rodoviária Federal atua é cada vez mais complexo, demandando resposta sofisticada aos desafios que enfrentamos agora e no futuro. Quer seja na contribuição para a promoção da paz no trânsito, no enfrentamento

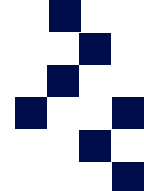
à criminalidade ou mesmo na garantia dos fluxos de transporte para o desenvolvimento da logística do país, devemos reconhecer que, se quisermos atender às necessidades da sociedade, nossa atuação deve continuar a se adaptar ao ambiente moderno de policiamento.

Para tornar realidade a visão PRF 2028 é necessário empreender uma ampla agenda de transformações estratégicas. As temáticas que compõem a agenda emergiram de um extenso diálogo em toda

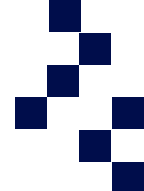
a organização, envolvendo todos os níveis da PRF, culminando na definição das metas para a nova direção estratégica.

A partir da comparação entre o status atual de várias estruturas organizacionais, capacidades e processos com o que almejamos para os próximos oito anos, estabelecemos os objetivos estratégicos e as diretrizes para as iniciativas e ações que envolverão todo o efetivo para viabilizar a Visão 2028.

ATUAL	EIXO DE ATUAÇÃO	FUTURO
01 Modelo de policiamento tradicional, fiscalização por amostragem com ênfase em ações reativas. Iniciando a transição para um modelo mais eficaz.	 Enfrentamento da criminalidade	Modelo de policiamento baseado em conhecimento e inteligência, resultando maior eficácia em suas ações.
02 Ações preventivas baseadas na ostensividade e com o uso incipiente do potencial tecnológico disponível	 Segurança viária	Ações preventivas direcionadas por ciência de dados, propiciando efetividade nos esforços.
03 Desempenho individual e institucional não são avaliados sistematicamente.	 Avaliação	Avaliação continuada do desempenho individual e institucional, sempre orientada ao atingimento dos resultados institucionais.
04 Potencial não explorado na totalidade.	 Integração	Promoção de ações articuladas e integração interna, institucional e com a sociedade.



ATUAL	EIXO DE ATUAÇÃO	FUTURO
05 Comunicação institucional em desenvolvimento. Imagem ainda em consolidação.	 Imagem e comunicação institucional	Consolidação da imagem institucional junto ao governo e à sociedade. Desenvolvimento de uma comunicação ampla e eficiente.
06 Estratégia institucional não determinante no processo decisório. Cultura de gestão e do acompanhamento de resultados ainda não estruturada.	 Gestão e tomada de decisão	Orientada a resultado, embasada por informações e evidências, com lideranças bem desenvolvidas.
07 Estrutura organizacional aquém da necessária e processos não institucionalizados.	 Organização	Estrutura organizacional e processos desenhados para favorecer o atingimento da Estratégia.
08 Em fase de implementação.	 Gestão do conhecimento	Processos de conhecimento alinhados aos objetivos estratégicos.
09 Falta de sistemas, sistemas obsoletos e/ou indisponíveis.	 Tecnologia da informação	Soluções integradas e orientadas à inteligência e produtividade.
10 Orçamento não alinhado com a estratégia.	 Gestão do orçamento	Alocação de recursos comprometida com a estratégia institucional.
11 Falta de acompanhamento e de alinhamento com a estratégia.	 Projetos	Estruturação e gestão de portfólio orientado aos objetivos estratégicos.



ATUAL	EIXO DE ATUAÇÃO	FUTURO
12 Aquém da necessidade e do potencial.	 Logística	Aquisição e disponibilização de produtos e serviços de maneira otimizada
13 Pouca experimentação, ênfase em métodos consolidados e antigos.	 Inovação	Promoção da cultura de inovação, vivenciando constante atualização e aperfeiçoamento nos processos e equipamentos.
14 Deficiência no desenvolvimento profissional. Servidores não alocados segundo suas competências. Sem estratégias de reconhecimento e retenção.	 Capital humano	Desenvolvimento profissional contínuo dos servidores, segundo a trilha de desenvolvimento desenhada pelo órgão, gerando maior atratividade da carreira. Aperfeiçoamento dos mecanismos de retraining e formação de lideranças.



...

Políticas, Programas, Planos Nacionais e Tendências



A PRF é inserida em uma série de políticas contempladas em planos, programas, projetos e ações, nos diversos níveis de Governo.

Política Pública pode ser definida como uma "escolha estratégica de ações coordenadas, estabelecida pelo Estado perante a sociedade com vistas ao atingimento de objetivos benéficos para a própria sociedade, no todo ou em parte, definida por agentes públicos de alto escalão, fundamentada em normas jurídicas claras e cujos resultados podem ser aferidos a partir da definição de metas pré-estabelecidas a serem cumpridas num horizonte temporal determinado." (HERINGER, 2018, p. 30).

Políticas Públicas no Ministério da Justiça e Segurança Pública

A PRF, junto com demais órgãos que compõem o Ministério de Justiça e Segurança Pública, encontra-se em constante modelagem de suas políticas públicas. O trabalho, de individualização dessas políticas, tem como objetivo permitir à sociedade vislumbrar, com maior clareza, seu alcance, prioridade, recursos alocados, modelo de gestão, público-alvo, carta de serviços e soluções de interesse público.

Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019):

O Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), cujo lema é Planejar, Priorizar e Alcançar, foi construído com o intuito de tornar o planejamento governamental simplificado, moderno e estratégico. A premissa básica deste novo modelo é a valorização do planejamento governamental estratégico, pautado em prioridades e realismo fiscal. Em consonância com técnicas e metodologias modernas, o processo de planejamento foi concebido como ferramenta de gestão capaz de organizar e orientar a intervenção governamental, de forma a viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos durante um período de mandato governamental.

O novo PPA, ao conciliar simplificação, realismo fiscal e integração com a execução, a gestão e a avaliação, integra o ciclo orçamentário do governo federal e resgata o planejamento da ação pública pautada por resultados, capazes de resolver ou, pelo menos, reduzir os graves problemas

socioeconômicos ainda vigentes no país.

Enquanto unidade vinculada à justiça e segurança pública, a PRF é corresponsável pelo Programa (5016) Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento do PPA 2020-2023.

O programa 5016 tem como diretriz (06) a Intensificação do combate à corrupção, à violência e ao crime organizado, com o objetivo (1206) de fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, tendo como meta (050N), compartilhada entre os órgãos do MJSP, 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA. A PRF deverá contribuir com pelo menos 3.726 operações no período.

Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei nº 13.675, De 11 de junho de 2018):

A PRF é integrante estratégico do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) criado pela PNSPDS e tem atuado no desenvolvimento das ações e políticas de segurança pública, incluindo o processo de revisão do

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), com foco no fortalecimento da governança, da gestão de riscos e do controle interno.

Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas (Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015):

A PRF é órgão integrante do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e lidera seu Comitê Gestor. Destaca-se através de ações de policiamento,

inteligência e monitoramento para a repressão qualificada de quadrilhas especializadas em roubo, furto e receptação de veículos e cargas.

Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNRM (Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018):

A fiscalização de veículos e pessoas, trabalho rotineiro da PRF, impacta diretamente no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito. Além dos levantamentos estatísticos, preventivamente, são realizadas

palestras em escolas, empresas e associações, e também comandos específicos nas rodovias federais. Indiretamente, a PRF é indutora de políticas públicas, através de projetos de alteração legislativa com impactos na segurança do trânsito.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF (Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016):

A PRF é um dos nove órgãos responsáveis pela execução dos planos de ação do Programa instituído pelo governo federal para fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços.

Atualmente a PRF é responsável por 03 (três) ações do plano cujas temáticas relacionam-se ao estabelecimento de um centro nacional de coordenação integrada com processos mapeados e priorizados, promovendo o fortalecimento da governança e a plena integração dos planejamentos e das atuações das diferentes entidades componentes; instituição de processo sistemático, formal e concomitante de prestação de contas do PPIF (transparência, calendário anual de divulgação)

sobre as ações, operações, metas estabelecidas e resultados alcançados conjuntamente, que contemple mecanismos de responsabilização e instâncias de supervisão capazes de impor a adoção de medidas corretivas e que divulgue todas essas informações à sociedade, de forma clara, ampla e periódica; promoção de estudos sobre a densidade institucional dos órgãos do PPIF na faixa de fronteira e costa marítima bem como sobre as necessidades para ampliação do efetivo, capacitação e incentivo para a permanência nas áreas de fronteira, paralelamente ao desenvolvimento e proposição de políticas de gestão de recursos humanos, voltadas a promover o aumento quantitativo e qualitativo nessas áreas.

III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018):

Como nas edições anteriores, a PRF participa do atual plano através da execução direta de ações, como a realização de operações conjuntas e integradas, comandos específicos, fiscalizações rotineiras e verificação de denúncias. Além disso, atua indiretamente através de parcerias e cooperações com diversos órgãos. Entre as ações, ressalta-se o uso de inteligência policial para produção de conhecimento e o desenvolvimento

de metodologias mais eficientes no combate aos crimes que envolvem o tráfico de pessoas. Ainda nessa temática, destaca-se a incorporação no Projeto Mapear (mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras).

Pesquisa de Opinião Nacional – FENAPRF / Instituto Guimarães (2018). Pesquisa de opinião sobre a Polícia Rodoviária Federal realizada junto à população, nas cinco regiões do país, totalizando 800 entrevistados no período de 03 a 07 de maio de 2018.

- Manter a curva de crescimento de respostas positivas observada nas duas últimas pesquisas realizadas;

- Aumentar a percepção da população em relação à segurança nas rodovias federais (49,1% percebem a segurança em rodovias federais como ótima ou boa, 35% regular e 13,9% ruim ou péssima);

- Melhorar a avaliação sobre o trabalho da PRF nas fronteiras (30,8% classificam o trabalho nas

fronteiras como ótimo ou bom, 28,6% como regular e 19,4% como ruim ou péssimo);

- Melhorar a confiança das pessoas na instituição (68% cofiam muito, 23,7% confiam pouco e 5,5% não confiam);

- Manter ou melhorar a percepção de importância e aprovação da instituição (96,1% consideram importante ou muito importante o trabalho da PRF e 86,7% aprovam o trabalho realizado).

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad (Lei 11.343/2006)

- Integrar dados estatísticos de repressão ao tráfico ilícito de drogas em sistema de informações do Poder Executivo.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) – Ministério da Economia. Documento que busca orientar as discussões dos demais instrumentos do planejamento e desenvolvimento nacional, orientando as ações do Estado para 2020 a 2031:

- Otimizar, integrar e compartilhar estruturas, processos, sistemas, dados e recursos estatais, visando alcançar maior eficiência e a eficácia das ações de governo;

- Dotar o Estado com modelo de gestão de pessoas focado na produtividade e qualidade de entrega à sociedade;

- Intensificar a cooperação fronteiriça e interagências nacionais e internacionais;

- Aperfeiçoar os sistemas de comunicação dos órgãos envolvidos em inteligência e defesa nacional;

- Garantir a manutenção e definir estratégia para aumento

da eficiência das infraestruturas existentes, de modo a prover a segurança e a adequada mobilidade de pessoas e cargas;

- Fortalecer o enfrentamento ao crime organizado, aos fluxos de sua alimentação, entre os quais o tráfico de mercadorias ilícitas, ao roubo de cargas, transporte de valores e instalações;

- Aprimorar o combate à criminalidade, por meio do fortalecimento do monitoramento e da vigilância das fronteiras, da integração dos sistemas de inteligência policial dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;

Estratégia de Governança Digital (EGD) - Ministério da Economia. Documento que estabelece objetivos estratégicos e orientações para a aplicação da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social do Brasil

- Foco nas necessidades da sociedade: as necessidades da sociedade, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais;
- Compartilhamento da capacidade de serviço: órgãos e entidades deverão compartilhar infraestrutura, sistemas, serviços e dados, de forma a evitar duplicação

de esforços, eliminar desperdícios e custos e reduzir a fragmentação da informação em silos;

- Inovação: devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços públicos.

Future Trends in Policing – Police Executive Research Forum (PERF). - Pesquisa realizada com especialistas internacionais envolvendo as tendências na aplicação da lei.

- Intensificação das ações cooperadas e de parcerias com a academia e com diferentes atores da sociedade;
- Desenvolvimento de novas estratégias para a promoção da transparência e aumento da participação da sociedade;

- Avanço nas TICs e crescente impacto sobre a atividade policial;

- Novos modelos de estrutura organizacional e a próxima geração de aplicação da lei.

Policing Vision 2025 – Association of Police and Crime Commissioners. Orientações estratégicas da Polícia Britânica para 2025.

- Intensificação das atividades de policiamento integradas a outros serviços públicos para melhorar os resultados para os cidadãos;
- Desenvolver a rede de atuação de maneira a fornecer recursos especializados, reforçando e conectando o policiamento local e nacional;
- Intensificar o policiamento digital e facilitar o contato digital por parte do público, melhorando o uso das evidências e da inteligência digital;

- Intensificar a prevenção e aprimorar a gestão de riscos;

- Intensificar a atuação baseada em evidências e no código de ética;

- Consolidar os conhecimentos e as habilidades do efetivo para atender a requisitos desafiadores das próximas décadas;

- Revisar a estrutura organizacional e os processos com foco na promoção da eficiência e da eficácia.

DECRETO Nº 3.695, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000.

Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências.

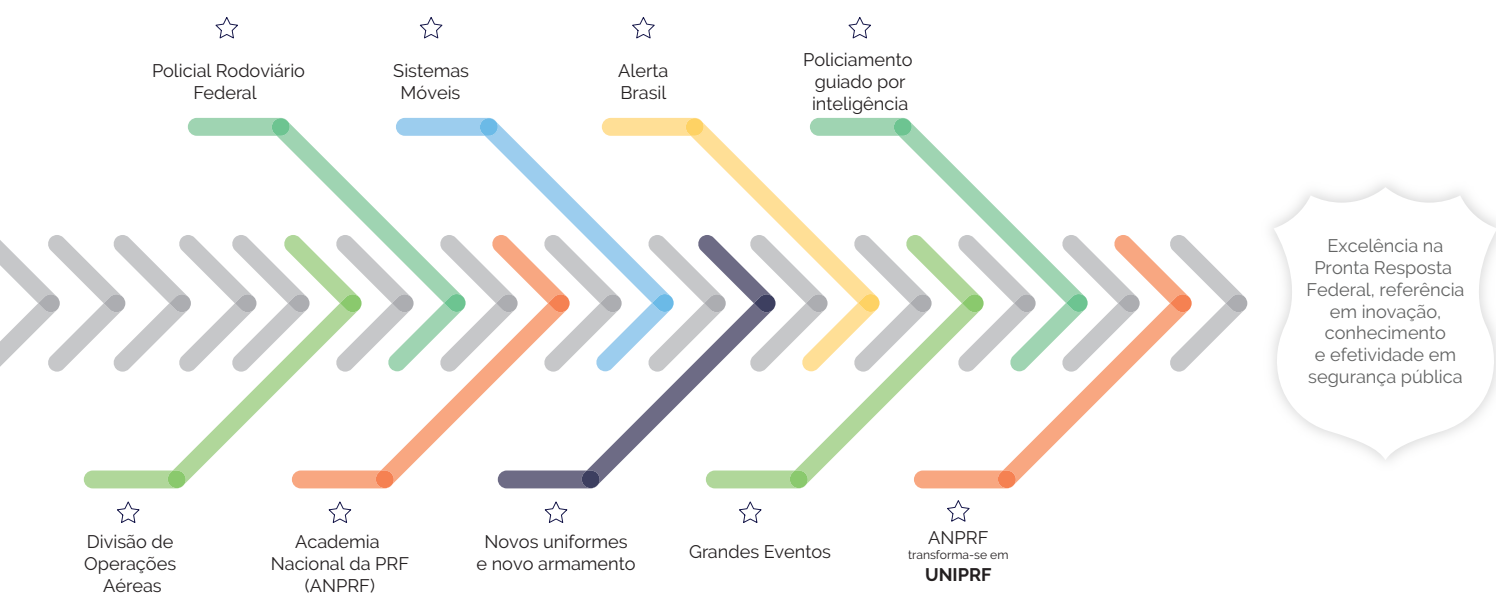
- Auxiliar na identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

- Auxiliar na obtenção, tratamento, análise de inteligência e produção de dados relevantes ao interesse nacional. Atuar, em apoio ao Sisbin, na distribuição e disseminação de dados e conhecimento, para interessados, de acordo as normas estabelecidas em lei.

...

PRF 100 anos





Acesse aqui e
conheça a história
dos **90 anos da PRF**



Carta de Serviços

A Carta de Serviços ao Cidadão é uma publicação derivada do planejamento estratégico. Nela estão descritos os serviços por meio dos quais a PRF cumpre sua missão, além de estabelecer um acordo de qualidade para prestação desses serviços, por meio da declaração de formas, prazos e metas de atendimento. A PRF compromete-se a manter prontidão ininterrupta, entregar serviços com excelência e garantir que, nos pontos onde estiver presente, a sociedade esteja segura. Em nossa Carta, distinguimos a atuação da PRF em dois tipos de serviços: **difusos e singulares**.

No primeiro caso, está inserida a segurança entregue à toda sociedade, tanto o enfrentamento à criminalidade, quanto a segurança viária, como a garantia da mobilidade e da logística nacional. Ambas as vertentes exigem prontidão ininterrupta. Por esse motivo, a PRF está 24 horas por dia, todos os dias, em operação. É a instituição policial do país de maior difusão de pontos de fiscalização, totalizando mais de 600 pontos onde se faz representar, perpassando por todos os **70.403 quilômetros¹** de estradas e rodovias federais e mais de 17 mil quilômetros de fronteira brasileira.

Essa capilaridade, associada à prontidão diária, permite o pronto emprego de múltiplas capacidades, para que seja garantida a livre circulação de pessoas e bens nas

rodovias federais, contribuindo, dessa forma, para a promoção e garantia de direitos pelo Estado.

Além disso, a abrangência da vigilância e serviços permite a geração de insumos valiosos, que são transformados em conhecimento de inteligência aplicado à segurança pública, o que torna a PRF naturalmente apta a inovar em soluções dessa natureza.

Já os **serviços singulares** são aqueles prestados em interesse particular ou de grupos determinados, como por exemplo: a realização de ações educativas, expedição de autorizações, fiscalização de eventos e credenciamento de empresa de escolta.

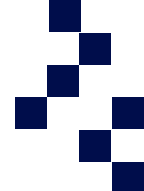
Num relacionamento mais direto com a sociedade, a PRF possui serviços que podem ser acessados diretamente pelo cidadão. Assim, por exemplo, pode-se registrar roubo ou furto de um veículo diretamente por meio de canais abertos à sociedade.

Em consonância com a **Estratégia de Governo Digital**, instituída pelo Decreto 10.332, de 28 de Abril de 2020, a PRF está fortemente comprometida em aplicar a tecnologia em favor do cidadão, digitalizando todos os serviços, cuja valor é potencializado a partir de sua transformação.

Acesse aqui e
conheça a Carta
de Serviços da PRF



¹ Sistema SERVO2/PRF



...

Tabela resumo de serviços singulares ⁽¹⁾

Serviços	Canal de Atendimento	Valor	Prazo Máximo para Conclusão do Serviço (em dias) ⁽³⁾	Período de Atendimento para Solicitação do Serviço ⁽⁴⁾
1. Autorização de Eventos		Conforme processo	60	Expediente administrativo
2. Boletim de Acidente de Trânsito - BAT		Gratuito ⁽²⁾	35	24 horas
3. Capacitação Técnica de Agentes Públicos e Privados		Conforme processo	730	Expediente administrativo
4. Certidão de Tempo de Contribuição		Gratuito ⁽²⁾	45	Expediente administrativo
5. Comunicação de Furto ou Roubo de Veículos (SINAL)		Gratuito ⁽²⁾	-	24 horas
6. Credenciamento de Empresa de Escolta		Vide detalhamento	120	Expediente administrativo
7. Declaração de Acidente de Trânsito - DAT		Gratuito ⁽²⁾	-	24 horas
8. Escolta de Cargas Superdimensionadas		Vide detalhamento	30	Expediente administrativo
9. Ateste de Regularização de Veículo		Gratuito ⁽²⁾	01	Expediente administrativo
10. Liberação de Veículos Retidos		Vide detalhamento	03	Expediente administrativo
11. Pedido de Cópia ou Vista de Processo		Gratuito ⁽²⁾	180	Expediente administrativo
12. Protocolo de Defesa de Autuação		Gratuito ⁽²⁾	180	Expediente administrativo

Tabela resumo de serviços singulares ⁽¹⁾

13.	Protocolo de Identificação de Condutor Infrator		Gratuito ⁽²⁾	365	Expediente administrativo
14.	Protocolo de Recurso de Multa		Gratuito ⁽²⁾	365	Expediente administrativo
15.	Retificação de Boletim de Acidente de Trânsito		Gratuito ⁽²⁾	60	Expediente administrativo
16.	Segurança de Dignitários, Deslocamento de Comboios Militares, Escolta e Batedor		Conforme processo	150	Expediente administrativo
17.	Solicitação de Advertência por Escrito		Gratuito ⁽²⁾	180	Expediente administrativo
18.	Solicitação de Desvinculação de Multas		Gratuito ⁽²⁾	180	Expediente administrativo
19.	Solicitação de Emissão de Certidões e Declarações		Gratuito ⁽²⁾	60	Expediente administrativo
20.	Solicitação de Informação Relativa às Áreas sob Circunscrição da PRF		Gratuito ⁽²⁾	01	24 horas
21.	Solicitação de Restituição de Valores		Gratuito ⁽²⁾	180	Expediente administrativo

- (1) - Informações detalhadas poderão ser encontradas no exemplar "Carta de Serviços" disponível para consulta nas unidades da PRF.
- (2) - Apenas há taxa para impressão de documentos acima de 20 cópias, no valor de R\$ 0,15 por página. Este valor é cobrado com base no art. 12 da Lei 12.527, de 18/11/2011 e será recolhido por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU.
- (3) - Os prazos podem variar conforme cada Unidade Federativa, entretanto não será superior ao informado nessa tabela.
- (4) - Os horários de expedientes administrativos podem variar de acordo com o tipo de serviço prestado e a unidade da PRF.

CANAIS DE ATENDIMENTO

PRESENCIAL



EMAIL



CARTA



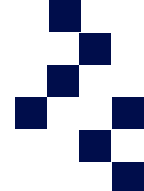
TELEFONE



INTERNET



► Para maiores informações acesse: www.prf.gov.br



...

Seviços Difusos



Segurança Viária

- Atendimento de acidentes com vítimas;
- Auxílios diversos aos usuários da via;
- Informação sobre multas pendentes;
- Serviço de recolhimento de animais abandonados nas vias;
- Fiscalização de transporte de cargas;
- Fiscalização de transporte de passageiros;
- Educação para o trânsito;
- Fiscalização de trânsito;
- Fiscalização de produtos perigosos;
- Fiscalização de Peso;
- Realização de perícias de acidente de trânsito;
- Desobstrução de rodovias;
- Monitoramento de edificações.



Enfrentamento à Criminalidade

- Operações de controle de distúrbios;
- Crimes contra o Fisco;
- Crimes contra a dignidade sexual;
- Operações de patrulhamento tático;
- Crimes de roubo de cargas e de transporte de passageiros;
- Tráfico de armas e munições;
- Operações para cumprimento de decisões judiciais;
- Operações de escolta e segurança de dignatários;
- Tráfico de drogas;
- Fraudes veiculares;
- Crimes contra a pessoa;
- Crimes contra o patrimônio;
- Crimes de trânsito;
- Crimes ambientais;
- Operações táticas;
- Operações com cães;
- Operações aéreas.

Desdobramento da Estratégia PRF

O Planejamento Estratégico da PRF da PRF 2020-2028 foi desenvolvido e revisado com emprego do *Balanced Scorecard (BSC)*. Esta metodologia, criada em 1992 por Kaplan e Norton, estabelece um modelo de gestão orientada para a estratégia, em um contexto mundial no qual os ativos intangíveis (governança, processos internos, recursos humanos, cultura organizacional, potencial de inovação, rede de relacionamentos, notoriedade/marca e facilidade para reestruturação¹) tornaram-se tão ou mais importantes que os tangíveis².

A implementação do BSC caminha da definição dos objetivos e da estratégia, para a construção de indicadores e metas. Os indicadores podem ser classificados em dois critérios: desempenho (KPI - *key performance indicator*), associado ao esforço; e sucesso (KSI - *key success indicator*), que se referem aos resultados e impactos³. A adoção de indicadores de desempenho se apresenta como indispensável, pois o que não é medido não é gerenciado⁴. Diversos órgãos adotaram o BSC como ferramenta de gestão da estratégia governamental no Brasil. Mas para ser aplicado no setor público, o BSC precisou de adaptações, equilibrando objetivos e fatores de sucesso como excelência do desempenho, produtividade,

satisfação da população frente à escassez de recursos financeiros e à necessidade de adotar novos instrumentos de gestão⁵.

A estratégia de uma organização é viva, orgânica, na medida que seus componentes e sistemas internos impactam e são impactados. Neste contexto, sua construção é diária, incidindo em cada um dos níveis da pirâmide: **estratégico, tático e operacional**. Em organizações que possuem como característica a chamada "burocracia de nível de rua"⁶ onde "os agentes são responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos", a importância da estratégia chegar à ponta e ser incorporada ao dia a dia de todos os seus colaboradores é ainda mais significativa.

Com toda essa vivacidade e dinâmica, o sucesso da estratégia e da maturidade organizacional da PRF apontam para três fundamentos: PROPÓSITO, ENGAJAMENTO E VISÃO COMPARTILHADA. O Propósito, lançando uma visão tanto no presente, como para o futuro; Engajamento, que é o envolvimento da estratégia, correlacionando a ideia à sua causa; e a visão Compartilhada, que significa o comprometimento comum e espontaneamente os colaboradores devem expressar para com a organização⁷.

¹(CHAMOVITZ, 2009)

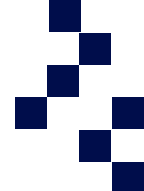
²(GALAS E PONTE, 2006)

³(CARNEIRO, 2010)

⁴(KAPLAN; NORTON, 1997)

⁵(SOARES; MARTINS; PENA, 2014)

⁶(LIPSKY, 1980)



O fluxo do desdobramento da estratégia busca levar as diretrizes do Planejamento Estratégico na forma de **projetos** estratégicos, táticos e setoriais. A gestão de projetos pode ser considerada a melhor maneira para o gerenciamento de empreendimentos temporários, únicos e multifuncionais que caracterizam processos como os de inovação, desenvolvimento de novos serviços e produtos, aprimoramento ou adaptação ao meio ambiente organizacional⁸.

Na PRF, a estratégia é composta, no chamado nível estratégico, por dois documentos: o Planejamento Estratégico e o Plano Diretor. O Plano Estratégico norteia as ações de longo prazo da organização. Entretanto, é fundamental que o órgão tenha em mente as possíveis alterações do cenário interno e externo (ameaças e

oportunidades), promovendo revisões periódicas em processos anuais ou bienais.

O Planejamento Estratégico da PRF tem vigência para o período 2020 - 2028 e é composto de:

- **Referencial estratégico:**
- Missão, Visão e Valores;**
- **12 objetivos estratégicos;**
- **04 entregas institucionais;**

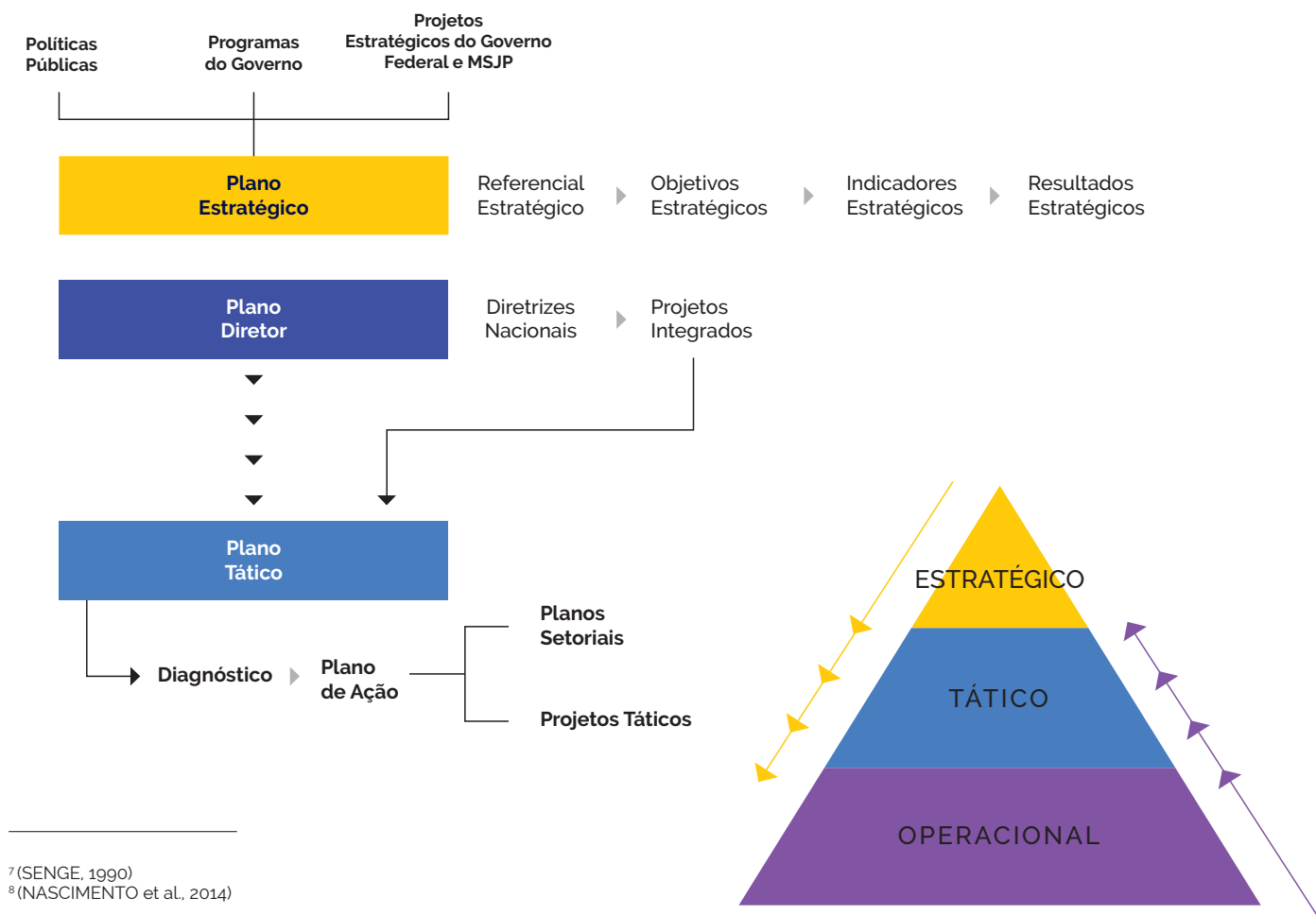
Um conjunto de indicadores estratégicos, relacionados aos objetivos estratégicos e entregas institucionais.

Ainda no nível estratégico, o Plano Diretor estabelece o que deve ser feito em médio prazo (bienal), as diretrizes

nacionais e aponta os programas e projetos estratégicos em três eixos de atuação, indicando as principais entregas e áreas responsáveis pela liderança na sua execução.

No nível tático (que não se confunde com as ações táticas policiais), as Superintendências e Diretorias desenvolvem seus planos táticos, relacionados a ações necessárias ao cumprimento de projetos estratégicos nacionais, ou, ainda, projetos cujas relevância e peculiaridade tenham sido identificadas em âmbito setorial, regional ou local, sem perda do alinhamento à estratégia nacional.

No nível operacional, comportam-se, os planos operacionais, os projetos e iniciativas das sub-áreas e locais, diretamente alinhados ao respectivo plano tático.



⁷(SENGE, 1990)
⁸(NASCIMENTO et al., 2014)

UM DIA NA PRF

** Dados relativos ao 1º semestre 2020.*



125

Pessoas detidas



22

Veículos recuperados



37.432

Pacotes de cigarro apreendidos



28.237

Veículos fiscalizados



1.757

Maconha (kg)



81

Cocaína (kg)



6

Armas de fogo



4.310

Teste de alcoolemia



883

Pessoas alcançadas por ações educativas



161

Atendimentos a acidentes



11

Acidentes fatais atendidos



R\$ 16.955.282,84

Resultado financeiro (monetização)



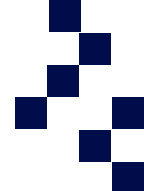
...

Mapa Estratégico

O mapa estratégico é uma importante ferramenta para a gestão, pois concentra os pontos determinantes da estratégia definida pela instituição. Baseado no Balanced Scorecard (BSC), concebido pelos pesquisadores Kaplan e Norton, o mapa induz a gestão, colocando em evidência a visão do órgão, que será atingida por meio de uma missão intencionalmente focada nos resultados.

O mapa estratégico da PRF traz os objetivos estratégicos distribuídos em três camadas que devem ser lidas em perspectiva ascendente: recursos, gestão e inovação, e objetivos finalísticos.





A soma dessas camadas culmina nos Resultados Institucionais, percebidos pela Sociedade e Governo.

Vale ressaltar que o mapa estratégico é um poderoso canal de comunicação, capaz de unificar o discurso em torno da estratégia, uma vez que apresenta, de maneira panorâmica e sintética, as resoluções estratégicas.

O atual mapa é resultado da contribuição de inúmeros policiais, envolvidos tanto na gestão quanto na execução das entregas da polícia. As declarações feitas foram minuciosamente revisadas, para que reproduzam, com clareza e intensidade, os objetivos da PRF no ciclo de gestão 2020-2028.





Mapa Estratégico

2020-2028

Missão

Promover a prosperidade da Nação garantindo a segurança pública e a mobilidade no Brasil

Visão

Excelência na Pronta Resposta Federal, referência em inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública

Valores

Transparência
Respeito
Integridade
Profissionalismo
Excelência

PRF

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



ENTREGAS INSTITUCIONAIS

SOCIEDADE E GOVERNO

Prevenção e repressão qualificada ao crime e às organizações criminosas

Garantia de trânsito seguro nas rodovias federais

Livre mobilidade e segurança nos corredores logísticos estratégicos nacionais

Alavancagem tecnológica da inteligência e do conhecimento em segurança pública



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

FINALÍSTICOS

Qualificar o enfrentamento à criminalidade com uso de inteligência e tecnologia

Garantir a segurança viária nas rodovias federais

Assegurar a mobilidade e a segurança nas vias federais

Prover pronta resposta federal às demandas de segurança do Brasil

GESTÃO E INOVAÇÃO

Aprimorar a governança, a aprendizagem, o conhecimento e a integridade institucionais

Fortalecer a comunicação, a transparência e a prestação de contas com foco na melhoria contínua dos serviços e entregas

Fundamentar o processo decisório em evidências e orientá-lo para resultados

Ampliar a cooperação e integração nacional e internacional

RECURSOS

Empregar tecnologias para antecipar o futuro e impulsionar a performance e a automação

Prover consciência situacional compartilhada aos policiais e dirigentes

Vincular o emprego de recursos e capacidades à estratégia institucional

Promover a proteção, o desenvolvimento, a valorização e o reconhecimento dos nossos profissionais

Referencial Estratégico

MISSÃO

É a razão de existir de uma organização. Descreve de forma resumida o seu papel na sociedade, bem como delimita claramente seu foco de atuação.

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis pela segurança pública em nosso país, tem como missão: "Promover a prosperidade da Nação garantindo a segurança pública e a mobilidade no Brasil."

A prosperidade genuína é muito mais do que a economia de uma sociedade ou a riqueza financeira de um indivíduo. Representa um ambiente em que todos são capazes de atingir seu potencial. Uma nação é próspera quando possui instituições eficazes, uma economia aberta, cidadãos livres e empoderados, que são saudáveis e educados. O Legatum Institute, de Londres, define onze pilares mensuráveis para uma nação próspera: segurança, liberdades individuais, governança pública e

integridade, capital social, ambiente de negócio, infraestrutura logística, saúde, qualidade econômica, condições de moradia, educação e ambiente natural.

Logo percebe-se que a PRF promove a prosperidade garantindo a segurança pública, que é um processo contínuo de manutenção do estado de normalidade, garantidor de proteção dos direitos individuais e assegura o cumprimento dos deveres, visando o pleno exercício da cidadania. Ademais, a segurança pública contempla a segurança viária, exercida para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, garantindo a mobilidade, o direito de ir e vir e a normalidade operacional da logística em vias federais do país.

VISÃO

É a idealização do futuro desejado para a instituição, uma imagem audaciosa em um tempo futuro, que deve servir de inspiração para mobilizar os servidores e congregar esforços na busca de sua concretização.

Os grandes navegadores sempre sabem onde fica o Norte. Sabem aonde querem ir e o que fazer para chegarem a seu destino. Com os órgãos públicos acontece a mesma coisa: eles têm visão.

A PRF tem como visão: "Excelência na Pronta Resposta Federal, referência em inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública."

Excelência em Pronta Resposta Federal: Os desafios estratégicos em segurança pública no Brasil exigem uma disponibilidade de resposta ágil e qualificada a incidentes e problemas. O investimento na governança corporativa e no conhecimento nos

permitiu obter uma consciência situacional compartilhada para atuar prontamente nos diversos cenários.

Ser referência em inovação na segurança pública: compreende conquistar o reconhecimento por renovar, introduzir novidades e estabelecer meios mais eficientes e efetivos na prestação de serviços à sociedade. Nesse contexto, a PRF deve constantemente buscar utilizar novas tecnologias, aprimorar seus modelos de gestão e policiamento, aperfeiçoar sua infraestrutura, modernizar e integrar sistemas de informação e soluções de inteligência, bem como otimizar seus processos,

desenvolver competências, entre outras ações, no intuito de melhorar seus resultados institucionais.

Ser referência em conhecimento na segurança pública: significa que a PRF deve ser reconhecida pela sua capacidade de oferecer soluções a partir da criação, aquisição, análise e compartilhamento de dados, informação e conhecimento. A instituição deve aperfeiçoar a aplicação do conhecimento produzido para subsidiar suas ações e iniciativas, bem como as dos entes do sistema de segurança pública e demais setores da sociedade.

VALORES

Devem espelhar os padrões de comportamento institucional. Em geral, os comportamentos reinantes nos órgãos são reflexos dos próprios padrões de conduta definidos como essenciais.

A Polícia Rodoviária Federal está em todo Brasil, presente em todas as regiões do país com um importante atributo: opera ininterruptamente.

Além da extraordinária capacidade de pronta resposta, a PRF detém equipes especializadas aptas a agir no atendimento de demandas emergentes. Tais características habilitam a PRF para prover com excelência a Pronta Resposta Federal às mais diversas demandas de segurança pública.

Eles são os conceitos ideais que precisam ser definidos e praticados por todos do órgão como sua essência. Orientam os comportamentos em relação às necessidades e expectativas da sociedade.

Os valores preceituados pela PRF como essenciais são: Transparência, Respeito, Integridade, Profissionalismo e Excelência.

TRANSPARÊNCIA

A transparência na administração pública decorre do princípio constitucional da publicidade e configura-se como um dos valores mais relevantes do Estado Democrático de Direito. Mostrando com clareza os objetivos e o modo de ação de qualquer instituição pública, o princípio da transparência é um poderoso instrumento de controle social sobre o Estado, garantindo que o serviço por ele prestado seja exercido no interesse público.

A PRF reconhece a importância de adotar esse valor como instrumento de orientação e controle de suas ações. Além de possibilitar o controle social, a transparência também colabora para o fortalecimento da cidadania, valorizando o cidadão,

A efetividade proposta refere-se em alcançar o melhor resultado em nossas ações, da maneira mais qualificada, utilizando as melhores técnicas, com o menor custo e gerenciando adequadamente os riscos da atividade.

destinatário e financiador dos serviços públicos. Esse estímulo ao cidadão para acompanhar as ações estatais fomenta um círculo virtuoso, elevando a consciência dos servidores públicos no exercício de seu dever.

RESPEITO

É um valor pilar. Ao agir com respeito, educação e generosidade são distribuídas. É a capacidade de abordar os assuntos com bom senso e escutar verdadeiramente o outro. O respeito gera espaço para a argumentação, que é uma das vias de evolução. Esse valor é essencial para o convívio e o trabalho em equipe, cultivado por meio de ações que enaltecem os direitos e garantias individuais.

INTEGRIDADE

Adjetivo ligado à honra, cuja natureza das ações transparece pureza. Quanto à etimologia, tem origem no latim *integritate*, que significa a qualidade ou estado do que é íntegro ou completo. É sinônimo de honestidade, retidão, imparcialidade. O indivíduo que é íntegro além de repudiar a corrupção, trabalha para debelá-la.



Uma instituição íntegra é aquela que valoriza e incentiva, em todos os seus escalões, a prática da probidade, da verdade, da honestidade e da dignidade. Combate com veemência a mentira, a dissimulação, a hipocrisia e a fraude. A observância da integridade torna-se ainda mais relevante quando aplicada ao serviço público, especialmente às instituições policiais, as quais se ocupam de proteger bens jurídicos fundamentais, constitucionalmente garantidos, como a vida, a liberdade, o patrimônio, a segurança e a dignidade da pessoa humana, além de possuírem mandato para uso legítimo da força.

Portanto, como instituição policial que zela pela justiça, paz social e prosperidade, a PRF assume o dever de praticar seus atos com integridade, em favor do cidadão.

PROFISSIONALISMO

O profissionalismo pode ser definido como a qualidade humana

que, aplicada às atividades exercidas em uma determinada profissão, demonstra a existência de elementos que lhe são essenciais, o elevado grau de conhecimento técnico e, simultaneamente, um grande comprometimento com os objetivos que a instituição busca alcançar.

Entre as competências apresentadas pelos profissionais na PRF, destacam-se a proficiência, a disciplina, a responsabilidade, o zelo, a pontualidade, a ética e o espírito de equipe. O profissionalismo deve estar presente em suas atividades, levando aos destinatários do serviço a confiança e respeito, por meio da qualidade nas entregas.

EXCELÊNCIA

Atender à demanda acima das expectativas do destinatário do

serviço. Essa é a visão de excelência para PRF. É um nível de qualidade que somente é atingido pela melhoria contínua nos processos internos.

A excelência depende de fundamentos consistentes, de objetivos claros, de um padrão de qualidade conscientemente definido e do compromisso com avanços incrementais. Necessariamente, esse caminho passa pela inovação, seja nos equipamentos, nos processos, na forma de produzir, gerir e utilizar conhecimento, buscando continuamente um patamar de qualidade superior. É uma trajetória ilimitada, virtuosa e intencional.

Resultados Institucionais

Desde a década de 1990, o Exército Norte Americano classifica o ambiente conflagrado segundo as variáveis presentes: Volatility (volatilidade), Uncertainty (incerteza), Complexity (complexidade) e Ambiguity (ambiguidade), dando origem ao acrônimo VUCA.

Nas últimas duas décadas, o Brasil sofreu com o recrudescimento da violência urbana, patrocinada, em grande medida, por organizações criminosas que, por meio de suas ações, alçaram poderio bélico, econômico e, no limite, político.

Talvez esse cenário tenha ficado claro em 2006, quando o país foi sacudido por uma onda de atentados violentos, cujos alvos eram principalmente agentes das forças de segurança pública. Iniciados em 12 de maio de 2006, os atentados ocorreram majoritariamente em São Paulo, embora tivessem sido noticiados ações semelhantes em outros estados. Após cinco dias, foram 251 ataques a alvos policiais e civis e 115 mortos. A Segurança Pública passava por uma grande crise, permeada de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

Já naqueles eventos a Polícia Rodoviária Federal protagonizou como força de Pronta Resposta Federal, levando policiais equipados e treinados aos estados mais afetados pelo levante, especialmente São Paulo.

Em seus 92 anos de história, a PRF esteve presente nos grandes desafios da sociedade e do Estado brasileiros. Recentemente, em 2018, destaca-se a greve dos caminhoneiros em que a instituição ocupou papel decisivo, colhendo informações em campo, trazendo-as às camadas de decisão estratégica, garantindo o fluxo de pessoas e bens. E em 2020, na pandemia de COVID-19, a PRF vem garantindo a distribuição de insumos e equipamentos indispensáveis ao socorro de milhares de pessoas.

Naturalmente, a visão declarada no novo Mapa Estratégico, de cumprir com excelência a Pronta Resposta Federal, liderando no campo da inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública, por mais desafiadora que pareça, já é, em parte, a realidade da instituição.

Ao perseguir essa visão de futuro, a PRF compromete-se, com a sociedade e com o Governo, a realizar entregas institucionais que gradualmente levarão a instituição para perto de sua visão.

ENTREGAS INSTITUCIONAIS

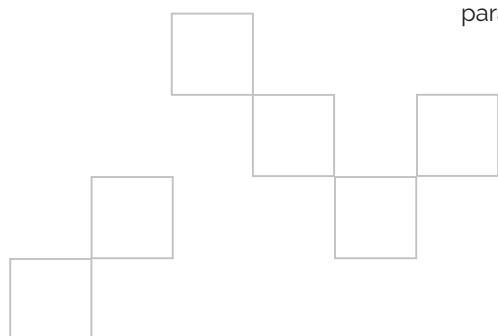
1. PREVENÇÃO E REPRESSÃO QUALIFICADA AO CRIME E ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Segundo dados da Receita Federal do Brasil, entre 2015 e 2017, o prejuízo do país com o contrabando e o descaminho foi estimado em R\$ 345 bilhões. Isso equivale a 25 anos de arrecadação de um estado do porte Mato Grosso do Sul.

As ações da PRF no enfrentamento ao tráfico de drogas em 2019 resultaram na apreensão de mais 1,62 toneladas de crack, 24,06 toneladas de cocaína e 324,69 toneladas de maconha, significando um **impacto econômico no crime na ordem de R\$ 1.343.774.880,00.**

Por compreender seu papel estratégico na prevenção de crimes, uma vez que é a única instituição no país com capacidade para monitorar e intervir na logística e mobilidade das organizações criminosas, a PRF busca atuar mais na prevenção e não apenas na repressão ao crime. Interrompendo o fluxo logístico dessas organizações e inviabilizando suas estruturas especialmente nas fronteiras e divisas, a PRF enfraquece o poder de influência da criminalidade.

Dessa forma, a instituição contribui na diminuição dos índices de violência, retirando de circulação armas, drogas, criminosos e seus recursos, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença



ostensiva ou controle usando recursos tecnológicos.

O crime organizado deve ser enfrentado com ímpeto e estratégia. Não o sendo, ganha impulso e ameaça a estabilidade do Estado. A atuação da PRF tem potencial para debilitar sua logística, atacar seus principais produtos e impactar fortemente sua capacidade econômica.

2. GARANTIA DE TRÂNSITO SEGURO NAS RODOVIAS FEDERAIS

A PRF assumiu o audacioso objetivo de reduzir pela metade o número de mortos em rodovias federais entre 2011 e 2020. Já em 2019 alcançou sua marca, preservando milhares de vidas. No entanto, a violência no trânsito brasileiro ainda é um grave problema de segurança e saúde pública. Além disso, gera custos altos. Apenas em 2016, só nas rodovias federais brasileiras, foram

170 mil ocorrências que custaram R\$ 12,3 bilhões aos cofres públicos.

Em razão da Década de Ação para Segurança Viária, em 11 de janeiro de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.614, de 2018, que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS e estabelece como metas à redução, no mínimo, de 50% dos índices de mortes por grupo de habitantes e de mortes por grupo de veículos no período de 10 anos (2019-2028). A PRF como órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito compartilha o compromisso de redução desses índices no âmbito de sua circunscrição.

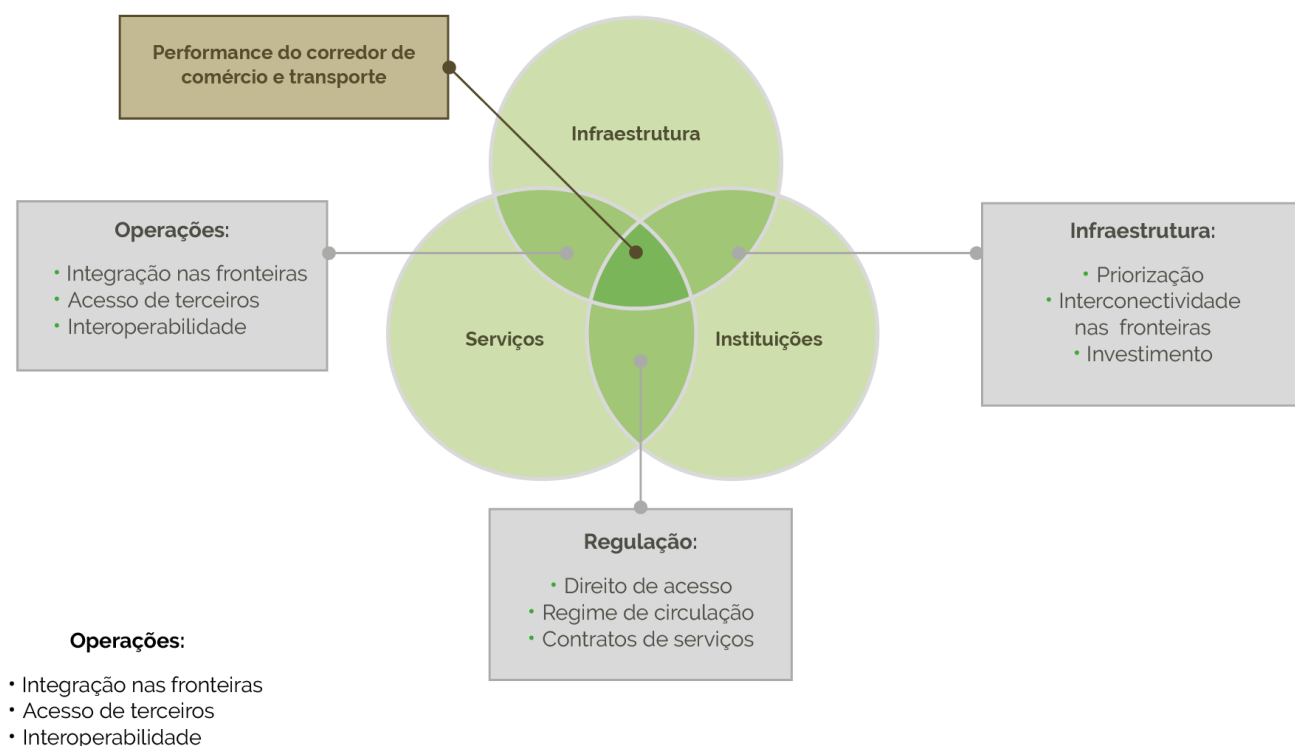
Além da prevenção da letalidade, para um trânsito seguro, é necessário fluidez com segurança. Assegurar a livre e segura circulação nas rodovias federais implica em atuar preventivamente, pelo policiamento ostensivo. O monitoramento

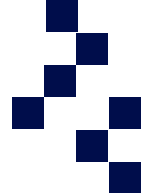
constante e eficaz de sua malha viária auxilia a antever as situações de risco e a impedir sua materialização.

As rodovias federais foram estruturadas para ligar os principais pontos do Brasil. Eles partem radialmente do centro do país, passando pelas principais cidades até alcançar suas bordas. São as artérias que ligam os centros urbanos brasileiros. O compromisso que a PRF assina com a sociedade é agir de forma rápida e com a intensidade necessária à garantia da liberdade de locomoção de cargas e pessoas, mantendo a integração nacional.

3. LIVRE MOBILIDADE E SEGURANÇA NOS CORREDORES LOGÍSTICOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Os corredores logísticos estratégicos são os principais eixos que viabilizam a prosperidade da Nação, pois são o canal de escoamento





da produção, bens, serviços e acessos estratégicos, desempenhando papel indutor do desenvolvimento nacional, além do transporte de pessoas. Esse sistema é composto de rotas modais e multimodais que viabilizam o transporte de cargas produzidas em sua área de influência.

De acordo com o Banco Mundial (Kunaka & Carruthers, 2014), um corredor de comércio e transporte tem três dimensões principais que se interconectam: infraestrutura, serviços e instituições, estas necessárias para a coordenação das atividades nos corredores. A performance final do corredor é o resultado do funcionamento conjunto de tais dimensões e suas inter-relações¹.

Ocupando papel de destaque, o modal rodoviário é responsável por cerca de 65% da movimentação de cargas, o que representa, em média, 12,7% do PIB do setor de serviços não financeiros².

Ademais, o modal rodoviário é o principal elemento de integração multimodal, conectando terminais ferroviário, portos e aeroportos entre si e com os grandes centros urbanos.

A PRF registra em média, nove eventos diários de bloqueio parcial ou total em rodovias e estradas federais³, impactando parte desses corredores estratégicos. Isso reforça a necessidade de constante estruturação, aparelhamento e empenho de uma instituição capaz de prover Pronta Resposta Federal para garantir o fluxo de parte das nossas riquezas.

Diante desse panorama desafiador, a PRF emprega sua estrutura intelectual e física com vistas a garantir a livre circulação das riquezas do país bem como os direitos constitucionais daqueles que circulam pelas rodovias, estradas e áreas de interesse da União.

4. ALAVANCAGEM TECNOLÓGICA DA INTELIGÊNCIA E DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Os dados da frota circulante no Brasil, fornecidos pelo Ministério da Infraestrutura, sinalizam a existência de 47,1 milhões de veículos com potencial para utilização dos corredores logísticos estratégicos. A mobilidade desses veículos gera uma quantidade brutal de metadados, cujo monitoramento só é possível com uso de tecnologias para prevenção e combate ao crime.

O avanço da tecnologia e da inovação fornecem insights valiosos baseados em dados e informações extraídas de máquinas e sistemas que podem aprender, reunir experiências e definir suas próprias conclusões a partir de informações alocadas em sua memória. Máquinas que aprendem o comportamento das pessoas (machine learning), cruzamentos de grande massas de informações (big data) e inteligência artificial são só alguns dos recursos que podem ser usados para aprimorar as soluções em segurança pública. Essa organização das informações agora aproveitadas

pelo uso de algoritmos, ferramentas geoespaciais, captura de imagens e reconhecimento facial, permitem a identificação de indivíduos, antever tendências, prevenir crimes e salvaguardar a segurança nas vias federais.

Com o nível de informatização atual é possível rastrear a maioria dos recursos provenientes de atos ilícitos, a exemplo do tráfico de drogas, roubos, crimes de colarinho branco, desvios e outras contravenções. São possibilidades ainda pouco exploradas, que somadas àquelas provenientes de outras fontes, formam um novo repositório de conhecimento aplicado à missão de prevenir e reprimir crimes.

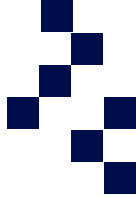
Por outro lado, a tecnologia permite o avanço em áreas que impactam o desempenho tático/operacional. Nesse aspecto, a PRF tem investido em estudos com sofisticada metodologia, para definir qual o melhor equipamento (uniforme, armamento, viatura, colete balístico) destinado a seus operadores.

No caso dos uniformes, mudamos o nosso entendimento, passando a considerá-los equipamentos de proteção individual - EPIs. Isso nos permitiu estabelecer requisitos indispensáveis para segurança e desempenho dos nossos policiais, concluindo pela aquisição no mercado internacional. Os parâmetros estabelecidos pela PRF estão sendo adotados por outras instituições,

¹ MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA: Corredores Logísticos Estratégicos - Volume I - Complexo de Soja e Milho, Brasília - DF:2018

² Dados da Empresa de Planejamento e Logística S.A.

³ Consulta ao sistema Interdit/PRF, destinado a custodiar dados de interdições nas rodovias federais, no período de 2014 até a publicação deste expediente.



aproveitando o conhecimento gerado e a tecnologia escolhida.

Já com relação aos armamentos, os estudos e testes também revolucionaram nossa compreensão. Em 1996, a PRF adotou o calibre .40 S&W, seguindo uma tendência mundial, consequência de estudos do FBI que apontaram o calibre como ideal para a atividade policial, especialmente em razão do conceito de “poder de parada”, difundido pelo estudo de 15 anos de Marshall e Sanow.

Todavia, após muitos anos de utilização dessas armas e com surgimento de novas tecnologias, a PRF mais uma vez revolucionou sua visão. Adotamos uma visão sistêmica em que a arma, propriamente dita, é um dos elementos desse sistema. Ao definirmos os requisitos, levamos em consideração o fornecimento de réplicas para treino, a manutenção

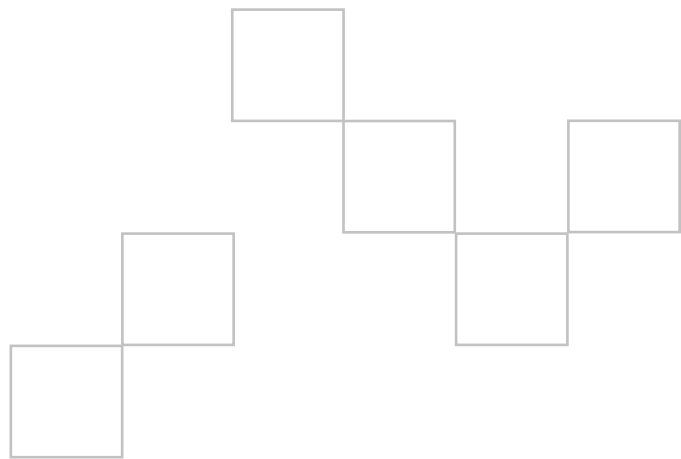
preventiva, a durabilidade, a intercambialidade de peças, carregadores e notadamente o calibre. Esse interesse, sustentado por metodologia científica, levou-nos a produzir um protocolo único no Brasil, concluindo pela aquisição das pistolas Glock 17 Gen4, de ampla aceitação em forças policiais pelo mundo, devido a sua confiabilidade e eficiência.

Outros estudos estão em curso. Em breve teremos condições de estabelecer, também, um padrão de veículos construídos para atenderem à atividade policial. São avanços importantes, em que o conhecimento e a tecnologia, associados, alavancam o desempenho institucional.

As tecnologias produzidas não se restringem a consumo interno, a PRF desenvolve modelos de compartilhamento e alavancagem de tecnologias para utilização em outras instituições de segurança,

impulsionando parceiros a gerar melhores resultados em segurança pública. O uniforme citado, o armamento e tecnologias de monitoramento e predição de comportamento são entregas institucionais que fortalecem a nossa relação com outras entidades, com o governo federal e potencializam a capacidade de todo o Sistema Único de Segurança Pública servir à sociedade.

A consolidação e constante emprego do conhecimento técnico-científico aliado às tecnologias disponíveis com o objetivo de gerar ganhos incrementais, inovar no planejamento e na execução das ações, permite a evolução do modelo de atuação policial para um patamar mais eficiente e eficaz, baseado, sobretudo, na prevenção.



Objetivos Estratégicos



Segundo a metodologia Balanced Score Card (BSC), os Objetivos Estratégicos (OE) devem refletir o foco da instituição (finalísticos, gestão e inovação e recursos) e direcioná-lo ao alcance de sua visão de futuro.

O Planejamento Estratégico da PRF estabeleceu quatro objetivos finalísticos, que representam a qualidade da entrega dos seus serviços à sociedade. Outros quatro objetivos internos, ligados à Gestão e Inovação preparam o ambiente para essas entregas. E, na base, quatro objetivos ligados ao investimento nos recursos internos, que habilitam as ações necessárias à entrega.

A soma dos objetivos aponta a visão de futuro da instituição, que é a Excelência na Pronta Resposta Federal, sendo referência em inovação, conhecimento e efetividade em Segurança Pública.

Cada objetivo estratégico deve ser associado a indicadores e metas que permitam avaliar constantemente o seu alcance. Esses indicadores

e metas serão publicados em ato normativo específico e monitorados pela instituição. Além disso, é necessário ter iniciativas que promovam a execução de programas e projetos, a otimização de processos de trabalho e/ou a implementação de ações e tarefas, detalhadas no Plano Diretor.

Cada iniciativa deste Plano Diretor PRF 2020-2022 deve, necessariamente, estar vinculada a um ou mais objetivos estratégicos. No planejamento estratégico, os objetivos são comunicados através do Mapa Estratégico.

As perspectivas do mapa estratégico guardam entre si uma relação de causa e efeito. Profissionais bem qualificados, conscientes de sua missão e com os recursos apropriados, conseguem melhorar suas entregas, gerando serviços cada vez melhores.

A estratégia é desdobrada nos níveis Estratégico, Tático e Operacional. Alcançando desde a gestão central, passando pelas superintendências,

e permeando todas as unidades operacionais e administrativas. A estrutura organizacional deve estar consciente, focada e comprometida com a estratégia, sendo fundamental a compreensão da importância dos objetivos para que tarefas e ações operarem em favor deles.

No nível Estratégico, a instituição define suas estratégias de longo prazo, seu referencial estratégico, seus objetivos, sempre com base em análise de cenário. O produto desse nível é o Planejamento Estratégico e serve para orientar a instituição quanto

ao alcance de sua visão. Por seu valor estratégico, será acompanhado de perto pela alta gestão central, subsidiando a tomada de decisões.

O nível Tático é o elo entre a estratégia e a execução. Os planos deste nível traduzem e interpretam a estratégia organizacional em ações concretas de médio prazo. Os Planos Táticos informam a participação das áreas e suas contribuições para a consolidação da estratégia.

No nível Operacional, os planos tornam-se mais objetivos e suas ações ajudam a colocar em prática os planos

elaborados no nível tático. Têm curta duração e estimam os resultados a serem alcançados, definindo prazos e responsabilidades.

Portanto, uma estratégia consistente depende da interrelação dos três níveis que, coordenados, cooperam para sua concretização.

Abaixo estão elencados os Objetivos Estratégicos (OE), enumerados de 1 a 12. Eles servirão de guia para a classificação dos Projetos constantes do Plano Diretor.

Objetivos Estratégicos





01.

Qualificar o enfrentamento à criminalidade com uso de inteligência e tecnologia



Seja na Política, na Economia ou na Guerra, a atividade de Inteligência fornece informações que auxiliam na tomada de decisão. A inteligência envolve a capacidade de coleta de informações, sua organização, análise e processamento para produção de conhecimento apto a subsidiar tomada de decisão fundamentada em evidências.

A crescente criminalidade tem aprimorado suas estratégias, tornando-se um problema complexo e global. No caso brasileiro, não é mais possível isolar geograficamente uma área, pois o crime já estabeleceu redes e conexões que atendem à sua lógica, perpassando divisas e fronteiras.

Ao atuar em pontos estratégicos, definidos com base em análise de cenário, oriunda da fusão informacional, a PRF posiciona-se como ferramenta estratégica para a promoção de justiça, paz social e desenvolvimento.

O Brasil é um país eminentemente rodoviário. Mais de 60% das cargas que circulam pelo território nacional segue por esse modal. Por isso é

mandatório que a instituição policial presente nesse ambiente atue guiada por inteligência, conjugando recursos tecnológicos à metodologia especializada para produção de conhecimento. Ademais, os mesmos corredores logísticos estratégicos que impulsionam a economia nacional, em grande parte são utilizados por organizações criminosas, sendo que portos, aeroportos e rodovias, formam os portais de entrada no país permitindo, também, o fluxo de ilícitos transnacionais. A nossa produção de conhecimento e atuação deve observar as vulnerabilidades existentes nessas estruturas, estabelecer táticas para atuar nos pontos centrais do problema.

A PRF tem aperfeiçoado constantemente seu modelo de atuação. Parte do melhoramento vem da incorporação sistemática de novas tecnologias, que permitem produzir e gerir conhecimento, gerar estatísticas criminais confiáveis, além de criar bons indicadores para realização de diagnósticos precisos, visando à detecção e prevenção de atividades criminosas.

02.

Garantir a segurança viária nas rodovias federais



A segurança viária é matéria intrínseca à Polícia Rodoviária Federal. Nesta atuação, a instituição contribui para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio.

A violência do trânsito, apenas em 2019, vitimou 40.721 pessoas no Brasil, segundo Anuário Estatístico da Seguradora Lider, companhia de capital nacional, constituída por Seguradoras que participam do Consórcio do Seguro DPVAT. Esse fenômeno impacta diversos setores da sociedade e expõe a relação direta do tema com a segurança pública.

A PRF sempre foi destaque nas várias frentes de atuação para

promover a segurança viária. A fiscalização de trânsito talvez seja a principal vertente percebida pela sociedade. Mas há, ainda, as ações educativas, a realização de perícia nos casos de acidentes, intervenção em infraestrutura, atenção aos profissionais de transporte, dentre outras.

A instituição tem ampliado sua capacidade de coligir dados. Por isso atua em fiscalizações estratégicas, direcionadas a diminuir a violência no trânsito das rodovias federais, sempre com base em evidências estatísticas. Evidências que precisam de análise minuciosa para identificar as causas dos acidentes e da letalidade

decorrente, para o estabelecimento de políticas públicas que promovam a vida no trânsito. O investimento no desenvolvimento da competência de análise pericial na PRF é uma opção inevitável para garantir a segurança viária nas rodovias federais.

Por último, mas não menos estratégico, é muito relevante a influência que a PRF exerce no aperfeiçoamento da legislação de trânsito no Brasil. Atenta às inovações empregadas nos veículos, sistemas de controles, tipos de pavimento, métodos de fiscalização, a PRF propõe e participa das iniciativas legislativas afetas ao tema, protagonizando a promoção de segurança viária.

03.

Assegurar a mobilidade e a segurança nas vias federais



É dever do Estado assegurar a livre locomoção dos cidadãos em seu território, garantindo a segurança em seus deslocamentos. Esse conceito universal, previsto inclusive no artigo XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem por base a liberdade que todo ser humano tem de se locomover.

No Brasil, a liberdade de locomoção é um direito fundamental de primeira geração, previsto no artigo 5º, XV, da Constituição Federal.

As vias federais (rodovias, hidrovias, ferrovias e aerovias) compõem o sistema de transporte

nacional, interligando infraestruturas em todas as regiões do país. Entretanto, em muitos casos, partes desse sistema estão desatendidos sob o ponto de vista da fiscalização e garantia de continuidade. Atenta a essa vulnerabilidade, a PRF busca apoiar o desenvolvimento do país, assegurando mobilidade no sistema viário federal.

A instituição já se faz presente em todo território nacional, cobrindo mais de 71 mil quilômetros de rodovias, em mais de 600 pontos de representação, e mais de 5 mil pontos de monitoramento automático

de veículos e pessoas. Nesse vasto campo, contabilizam-se áreas estratégicas, regiões fronteiriças, corredores portuários e malha viária dominante no país.

Compreender o complexo viário brasileiro, nos seus distintos modais, garantir fluidez e mobilidade, além de contribuir para o fluxo logístico do país é um dos objetivos estratégicos da PRF até 2028. Atuando sobre a fluxo de pessoas e bens, garantindo-lhes segurança, a PRF prestará uma expressiva contribuição para o desenvolvimento da nação.

04.

Prover pronta resposta federal às demandas de segurança do Brasil;

■■■

O art. 20 da Constituição Federal de define os bens da União, ao tempo que o ordenamento jurídico como um todo estabelece diversas responsabilidades ao Governo Federal quanto à manutenção da integridade do território nacional, a salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais e a proteção do cidadão.

O Brasil é um país de grandes dimensões, abrigando regiões em desenvolvimento econômico e social distintos. Tamanha diversidade demanda, por vezes, resposta imediata do Governo Federal e/ou a cooperação com os Governos Estaduais e Municipais em demandas que extrapolam a capacidade das instituições regionais ou locais.

Neste contexto, a PRF tem o compromisso de prover Pronta Resposta Federal às demandas em que o Governo Federal for instado. As características do órgão, somadas a uma aplicação eficiente dos seus recursos materiais e humanos, permitem o cumprimento deste objetivo.

A PRF é o órgão constitucional-permanente com maior capilaridade no país. Adicionalmente, é o único, no âmbito federal, que opera ininterruptamente. Portanto, é a única força policial que se faz presente em qualquer lugar no território nacional, operando de maneira ostensiva na promoção de segurança e restauração da ordem.

Além da capacidade ordinária de pronta resposta, a PRF possui equipes especializadas, aptas a atuarem com excelência no atendimento de demandas específicas, no âmbito das operações especiais policiais.

Adicionalmente, a instituição deve priorizar o desenvolvimento de recursos que permitem o monitoramento das ações criminosas, por meio de inteligência e tecnologia, buscando antecipar possíveis necessidades críticas.

05.

Aprimorar a governança, a aprendizagem, o conhecimento e a integridade institucionais

■■■

A PRF passa por um processo de evolução na maturidade de governança organizacional pública e isso exige um aumento no nível de comprometimento com a governança do conhecimento, a governança da aprendizagem e na gestão contínua de um programa de integridade consistente.

Na governança corporativa devem ser aprimorados essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para

avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Atenta ao que há de mais atual no debate mundial, a PRF busca implementar o modelo de governança multinível em rede, que organiza a modelagem organizacional para composição, diversidade de atores e níveis de atuação, acoplamento, interação, flexibilidade e busca

do bem comum, construindo um ambiente de responsabilidade, autonomia e equalização do poder.

O conhecimento é o principal ativo e abrange o capital intelectual e humano, a capacidade de pesquisar e inovar, fortalecendo a inteligência institucional. Devido à importância estratégica, o manejo do conhecimento necessita de um ambiente estruturado capaz de custodiar a criação, aquisição, análise, guarda e compartilhamento de

dados e informações, bem como do aperfeiçoamento dos canais para a sua disseminação.

Na governança da aprendizagem devem ser desenvolvidos os processos cognitivos e comportamentais que permitem aos profissionais produzir uma visão compartilhada sobre a organização, criarem e desenvolverem uma organização coletiva e alinhadas à estratégia organizacional

E por último a integridade, como valor, elemento central da cultura organizacional e condicionante para o sucesso da Estratégia Institucional, deve permear todas as agendas estratégicas, táticas e

operacionais. Mais ainda, a promoção de uma modelagem organizacional propiciadora e garantidora de práticas de gestão íntegras é o principal elemento estruturante na boa governança pública.

Precisamos disseminar a cultura de integridade, gerir constantemente seus mecanismos e, sobretudo, garantir um cenário de completa intransigência a desvios de conduta. De acordo com Rose-Ackerman, uma das maiores especialistas mundiais em combate à corrupção e políticas de integridade, basta um servidor incompetente e corrupto para anular todos os demais esforços da corporação.

A PRF se compromete com toda a sociedade a articular uma sólida rede de bases estruturantes para a promoção da integridade, a partir da eficiência nos regimes de contratação, gestão de políticas, programas e projetos, mitigando os riscos de captura de seus agentes. O controle e a intolerância com a corrupção, com a omissão e, principalmente, com a mediocridade, por meio da estruturação de redes temáticas que atuem na gestão riscos e apoiem no estabelecimento de estratégias de monitoramento contínuo da performance garantirão um ambiente de entregas de excelência.

06.

Fortalecer a comunicação, a transparência e a prestação de contas com foco na melhoria contínua dos serviços e entregas

Segundo Paul Argenti, a imagem de uma empresa ou instituição é todo acervo visual que compõe a sua realidade, a transmissão de sua mensagem, sua logomarca, produtos e serviços. É uma instituição vista empresa vista pelos olhos de seu público e, acrescenta, uma organização pode ter diferentes imagens perante diferentes públicos.

Consequência das grandes transformações modernas, a comunicação, a transparência e a prestação de contas são peças fundamentais para o sucesso das organizações. Para atingir resultados cada vez melhores nos serviços e entregas, o Planejamento Estratégico 2020-2028 busca fortalecer essa tríade.

A comunicação é uma das ferramentas transformadoras das organizações. Uma comunicação deficiente é motivo de insucesso. Por isso, possuir canais para captar as necessidades do público-alvo e utilizá-las para aperfeiçoar a prestação de serviços ao usuário-cidadão, é imprescindível no atingimento dos resultados.

Para a PRF, a comunicação externa se dá entre a organização e o público externo, ou seja, sociedade ou governo, de maneira bidirecional e dinâmica. Entre as finalidades estão a promoção da transparência, divulgação dos resultados da instituição e abertura de canais de diálogo com a sociedade.

A transparência é instrumento indispensável para o controle social. A transparência ativa dos órgãos públicos, mediante a publicação das informações oficiais, desde a estrutura organizacional das unidades, passando pelos dados de execução do orçamento público e alcançando o amplo acesso a informações da performance institucional permitem ao cidadão compreender o funcionamento da corporação e acompanhar as ações implementadas.

Entrelaçada à transparência, a prestação de contas deve permitir a compreensão dos elementos de tomada de decisão, das opções adotadas que foram traduzidas em prioridades institucionais,

do cotejamento da eficiência da governança com a análise das entregas institucionais.

A atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada da comunicação, transparência e qualificação contínua dos serviços e entregas tem como ponto de partida a equalização com as expectativas de alta qualidade no

relacionamento com a sociedade, para o que a Carta de Serviços é elemento fundamental.

A PRF reafirma o compromisso com a melhoria da gestão e do desempenho em suas entregas institucionais, por meio do fortalecimento da imagem institucional. As publicações da

PRF devem ser detalhadamente projetadas com o objetivo de prover informações úteis, relevante e oportunas, independentemente de provocação, para que a sociedade tenha capacidade de julgar a qualidade das nossas entregas institucionais.

07.

Fundamentar o processo decisório em evidências e orientá-lo para resultados

O processo decisório pode ser influenciado por diferentes modelos. Preconizado pela PRF, o modelo de tomada de decisão fundamentado em evidências e orientado a resultados, enfatiza o valor da análise estatística, pesquisa científica, ciência de dados, produção do conhecimento e análise de resultados institucionais.

Ainda que equalizada, a decisão precisa sempre ser fundamentada. Mais ainda, seus fundamentos precisam ser publicizados e sustentados frente à coletividade. O modelo transformado em objetivo estratégico, promove a assimilação desse processo decisório.

Busca-se gerar conhecimentos específicos, sistematicamente, aumentando a capacidade de

juízo para a tomada de decisão. A partir daí, pretende-se a melhoria contínua da eficiência. A todo tempo, os profissionais da Polícia Rodoviária Federal devem dispor de critérios objetivos para fundamentar e justificar suas ações.

Como fração de uma nova cultura, sua implantação deve passar pela governança do conhecimento. Todos os servidores e, sobretudo, os gestores, serão capacitados a vincularem suas decisões e entregas a dados e/ou conhecimentos consistentes, maximizando os resultados e minimizando as distorções, num mesmo cenário. Esse processo afasta decisões assimétricas, desacompanhadas de fundamento.

De outro lado, orientar tais decisões a resultados envolve um processo contínuo de monitoramento do impacto das decisões nas entregas institucionais, o que permite retroalimentar sucessivos ciclos de planejamento, implementação, checagem de resultados e apontamento de evoluções no processo. O conjunto traduzido neste objetivo estratégico nada mais é do que a concretização de uma espiral de qualidade apontando para a excelência.

Ampliar a cooperação e integração nacional e internacional



Cooperação, entendida como a soma de esforços de entes distintos em prol de um objetivo, visa a sinergia nos resultados e a maximização de entregas. Trata-se, portanto, de estratégia para potencializar resultados sem, necessariamente, um aumento proporcional de recursos.

A integração, por sua vez, pressupõe a condição efetiva de partícipe, de cada ente em uma estrutura, por meio da comunhão de ações e, em última análise, o compartilhamento dos resultados por todos.

Para se alcançar uma cooperação eficaz é necessário promover a integração institucional, com vistas à construção de confiança na parceria e à identificação de objetivos comuns e metas que poderão ser alcançadas em conjunto.

No cenário nacional, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), contemplam como diretriz a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

No cenário internacional, a troca de expertises acelera o processo de qualificação da atuação global contra o crime, se apresentando como o melhor catalisador para promoção de ambientes de paz social.

Nesse sentido, a PRF busca a cooperação com instituições nacionais e internacionais, visando otimizar suas entregas. Através deste objetivo o órgão tem acesso a benchmarks, em

todos os níveis, nas diversas áreas de atuação institucional, tanto na condição de receptora quanto na de provedora de conhecimentos.

Ressalte-se o benefício inequívoco para todos os envolvidos, independentemente de limites geográficos, não restringindo os problemas e soluções em um cenário limitado. Por esse motivo, desde a sua concepção, toda articulação da PRF deve ser feita como algo planejado, permanente e abrangente.

09.

Empregar tecnologias para antecipar o futuro e impulsionar a performance e a automação

■ ■ ■

Estamos nos primórdios da Quarta Revolução Industrial, que está trazendo, mas que apenas transformação digital. A Quarta Revolução Industrial representa uma convergência da capacidade tecnológica, inteligência e conectividade. É uma fusão de tecnologias novas que obscurece os limites entre o que é físico, digital e biológico. O resultado: uma completa reestruturação de setores de negócio do mundo inteiro. Revoluções anteriores impactaram fortemente a sociedade. Entretanto como descreve Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, a atual possui uma escala, escopo e complexidades sem precedentes.

Neste contexto, a digitalização faz parte da essência das corporações

mais novas, que já nascem sob o paradigma da constante modernização dos processos, como é o caso das *startups e think-tanks*. Da mesma forma, os órgãos e entidades devem atentar à constante modernização de seus modelos.

Independentemente do âmbito de atuação, as tecnologias disponíveis possibilitam melhor trato com as informações e tomadas de decisões, favorecendo o atendimento do destinatário do serviço.

A utilização de algoritmos preditivos somados a ferramentas de georreferenciamento, podem gerar cenários de aplicação da força institucional, por meio da antecipação de tendências no recorte criminal.

Assim, a tomada de decisões estratégicas passa a ser mais ágil e efetiva, favorecendo a redução da criminalidade.

Devido à amplitude da PRF, sua relação com o destinatário do serviço, sociedade ou o próprio servidor, prevista na Carta de Serviços, já demanda o uso dos processos de automação por BPMS (Business Process Management System) e aplicações que conjugam inteligência artificial, big data e mobile.

A construção da visão de futuro da PRF e o caminho de sucesso para as entregas institucionais passam, necessariamente, pela ampla adoção de tecnologias de ponta.

10.

Prover consciência situacional compartilhada aos policiais e dirigentes

■ ■ ■

Consciência situacional é a capacidade de um indivíduo ou time de analisar o cenário da maneira mais completa possível para tomar decisões eficazes em situações de adversidade. Em um estudo observou-se que 88% (Endsley, 1995b) dos erros humanos foram devidos a problemas com a consciência situacional. Na maioria dos casos as pessoas não tomaram decisões ruins ou executaram suas ações de maneira relapsa, elas simplesmente não entenderam as situações nas quais estavam. Assim a melhor maneira de dar suporte ao desempenho humano é melhor

suportar o desenvolvimento de altos níveis de consciência situacional.

É necessário garantir que policiais em campo, bem como aqueles que planejam, e tomam decisão nas diversas instâncias da PRF tenham a capacidade de tomá-las com a compreensão das informações e conhecimentos suficientes no momento da ação.

O processo decisório colaborativo mostra-se como premissa na busca pela opção mais acertada frente aos desafios propostos pela instituição.

Existem três estratégias que a PRF utilizará para atingir esse

objetivo: A primeira é criar uma melhor integração para análises mais qualificadas de dados estabelecendo redes interagência, a segunda é cooperar com agências federais, estaduais e locais para ações conjuntas conjugando competências, e por último, implantar uma abordagem em camada para gerar resposta e resoluções, definindo quais ferramentas, tecnologias e treinamento nossos profissionais precisam para executar seu trabalho. Precisamos evoluir, pois os novos desafios nos impõe. Como operamos hoje, será muito diferente de como operaremos no futuro.

11.

Vincular o emprego de recursos e capacidades à estratégia institucional



Considerando que a gestão estratégica é a capacidade de direcionar os recursos da instituição para o alcance de seus objetivos e metas, um dos principais elementos de sucesso é a adequada alocação dos recursos.

Qualquer instituição trabalha com recursos finitos, frente a um cenário de ilimitadas possibilidades.

Especialmente no caso de instituições policiais, as restrições são severas e os desafios mais acentuados. Portanto, racionalizar a aplicação dos recursos é mais que uma opção: deve ser um propósito!

Quando os recursos e capacidades se entrelaçam com os objetivos institucionais, favorecendo e impulsionando o alcance dos

resultados almejados, a gestão passa a ser realmente estratégica.

Todo discurso institucional deve ser transversal aos objetivos, mas, sobretudo, a alocação de recursos, sejam financeiros de todas as fontes, sejam equipamentos, sejam tecnologias, seja o tempo da capacidade produtiva da corporação, dentre tantos outros.

12.

Promover a proteção, o desenvolvimento, a valorização e o reconhecimento dos nossos profissionais



Os profissionais de um órgão são seus ativos intangíveis. Consubstanciam o verdadeiro valor organizacional. Por meio deles os desafios são superados, garantindo o amadurecimento e a competitividade necessários à sobrevivência organizacional.

Na Segurança Pública, o viés de cuidado com os profissionais consolidou-se com a Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Como princípios encontram-se a proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública.

O exercício da atividade policial rotineiramente as ações colocam nossos profissionais em situação de conflito. A adoção de um conjunto de garantias e prerrogativas para a

proteção da livre tomada de decisão do policial é dever institucional.

Na mesma esteira, o desempenho profissional em alto nível, focado na excelência da entrega, requer policiais diferenciados. A valorização profissional é contrapartida ao elevado desempenho e medida de retenção de talentos.

O reconhecimento tem elevado impacto motivacional, mas além disso, tem o potencial de agregar atratividade social para a função. O sonho de ser policial rodoviário federal deve permear o consciente coletivo, fazendo com que os brasileiros mais preparados busquem ingressar nos quadros da corporação.

Por fim, o desenvolvimento de competências é um habilitador essencial para o crescimento da capacidade institucional. As ações

educativas, formais e informais, são o caminho para a valorização dos nossos profissionais. O desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes alinhada com a estratégia fará do servidor um profissional qualificado. Mapear as competências estratégicas com o objetivo de criar trilhas de desenvolvimento técnicas e gerenciais para que o profissional tenha os elementos habilitadores necessários à missão é uma questão central para o nosso sucesso.

Para que os valores da PRF, transparência, respeito, integridade, profissionalismo e excelência sejam percebidos pelo cidadão, primeiramente eles devem estar no pilar formado pelos servidores.